



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Jocelito Canto e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 043/2003

Curitiba, 26 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar a Lei nº

13.977, de 26 de dezembro de 2002 e, em consequência, tornar sem nenhum efeito as Leis nºs 12.941, e 12.954, respectivamente de 5 e 28 de setembro de 2002.

As leis acima referidas, cuja revogação da primeira e eliminação dos efeitos das outras duas, versam sobre autorização para o Poder Executivo ceder, por prazo de 15 anos, prorrogáveis por igual período, à Organização Mundial da Família, imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de 13.000 m2 (treze mil metros quadrados) e edificações nela existentes, que compõem o "Educandário Santa Felicidade".

A medida ora proposta expressa os mais elevados interesses da Administração e da coletividade, eis que a Secretaria de Estado da Educação, após a execução de obras de restauração do referido imóvel, irá utilizá-lo em instalações do Colégio Estadual Francisco Zardo, da Escola de Educação Especial de Condutas Típicas e do Centro de Atendimento Educacional, Cultural e Profissionalizante.

Por outro lado, merece ser destacado o fato de que o prazo de dois anos que a Lei nº 12.941/2000 estabeleceu para que a Entidade, pretensa cessionária, ultimasse as medidas elencadas, decorreu sem que nada houvesse a mesma providenciado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 13.977, de 26 de dezembro de 2002 e, conseqüentemente, ficam sem nenhum efeito as Leis nºs 12.941 e 12.954, respectivamente de 05 e 28 de setembro de 2000.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 044/2003

Curitiba, 26 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual e das disposições da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetivando autorizar o Poder Executivo a proceder a transformação, fusão, extinção e alteração de personalidade jurídica da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR, da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar, da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar e da Minerais do Paraná S/A - Mineropar.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que a pretendida autorização legal, no sentido de que as referidas entidades sejam objeto de transformações virá ensejar condições a fim de que, buscando maior aproximação de seus trabalhos às decisões técnicas e administrativas pertinentes à execução de planos governamentais, o que, sem qualquer sombra de dúvida, permitirá sejam prestados à comunidade serviços mais céleres e eficientes, com maior economicidade e melhor controle e fiscalização de gastos, tudo em estreita ligação com a Secretaria de Estado a que vierem integrar-se.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a transformação, fusão, extinção e alteração de personalidade jurídica, das seguintes entidades integrantes da administração indireta do Poder Executivo do Estado:

I - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR;

II - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar;

III - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar; e

IV - Minerais do Paraná S/A - Mineropar.

Parágrafo Único - Os atos correspondentes às providências previstas no *caput* deste artigo disporão, dentre outras questões, sobre a destinação do acervo e dos servidores para as organizações sucessórias ou outras já existentes no Estado.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2003, no que se refere às entidades atingidas pela presente lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no artigo 1º desta lei, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a responsabilidade pela formulação dos atos normativos de natureza organizacional das entidades objeto desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 127/2003

Exmo. Sr. Roberto Amaral - ministro da Ciência e Tecnologia.

A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e atendendo solicitação da Câmara Municipal de Campo Mourão, dirige-se a V. Exa. para solicitar urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet, em Universidade Tecnológica.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Os alunos do Cefet, após o término do segundo grau, têm que procurar outros centros para ingressarem nos cursos universitários correspondentes à sua formação técnica.

Além disso, a implantação dessa Universidade trará um grande avanço científico e tecnológico para o Estado do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 707/2003, que trata da cooperação e utilização de madeiras ilegais apreendidas, para a construção de casas populares, pelo Governo do Estado, IAP e Cohapar.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente:

O deputado que este presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, por duas Sessões, o Projeto de Lei nº 427/2003.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2760

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 121 (cento e vinte e um) dias para tratamento de saúde, a partir de 01/12/2003, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

**COORDENADORIA MÉDICA
LAUDO MÉDICO Nº 032/2003**

Ao primeiro dia do mês de dezembro de 2003, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Arlete Ivone Caramês, concluiu achar-se o mesmo com C.I.D. 10 K 80.1 e K 10-2 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido (121) cento e vinte e um dias de licença, para tratamento a partir de 01/12/2003 - término em 30/12/2003.

Dr. ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIB
Médico Chefe da Junta

REQUERIMENTO Nº 2768

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.
(a) CIDA BORHETTI

REQUERIMENTO Nº 2761

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a disponibilização do Pequeno e Grande Expediente da Sessão de 1º de dezembro de 2.003, para ser utilizada em favor do Dia de Mobilização ao Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.
(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família Belinati, pelo falecimento, no dia 30 de novembro, em Londrina, da dona Helena Casemiro Belinati, aos 88 anos. Ela era viúva de José Belinati e deixa 11 filhos, netos e bisnetos.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.
(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Helena integrava uma das famílias mais tradicionais do município de Londrina, onde seu filho Antonio Carlos Belinati foi prefeito em três mandatos; seu Neto, Belinatinho, foi um dos deputados mais votados naquela região e teve sua nora, dona Emília, eleita vice-governadora do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro/2003, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Remi Ranssolin, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Euvaldo Lunardelli Camargo Filho, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à população de Bituruna que estará festejando, no próximo dia 14 de dezembro/2003, 48 anos de emancipação política.

Histórico:

A ocupação do território do município de Bituruna com fins de colonização, deu-se a partir de 1920. A primeira denominação do povoado foi Santo Antônio de Iratim.

Em 1924 Oscar Geyer, Alfredo Werminghoff, João Ghilard, Luiz Torriani e Constante G. Batocchio fundaram a Empresa Colonizadora Santa Bárbara, após adquirirem área de 40 mil alqueires de Hauer, Beltrão e Cia Ltda, ao que foi adicionado mais uma área de 15 mil alqueires da Fazenda Santo Antonio de Iratim.

A primeira família a comprar um terreno foi a de Miguel Leonardo Leonartovicz, em 1925. No ano seguinte já funcionavam no local a fábrica de fumo de corda, engenho de açúcar, serraria e o beneficiamento de erva-mate.

Nessa época o povoado denominava-se Santa Bárbara. Foi elevado à categoria de Vila em 04 de dezembro de 1928, com o território integrando o município de Palmas.

Em 20 de outubro de 1938 passa à jurisdição do município de União da Vitória. Pelo Decreto Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, voltou a fazer parte do município de Palmas, com a denominação alterada para Bituruna.

Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Bituruna, com o território desmembrado do município de Palmas. A instalação deu-se no dia 14 de dezembro de 1955, sendo primeiro prefeito municipal o Sr. Farid Abrahão.

Ao contentamento de toda a população de Bituruna, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, certos de que o progresso é fruto de muito trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro/2003, de seus 51 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Atílio Pianaro Angelo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Beco Briginiski, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta significativa data em que o município de Paulo Frontin comemora seus 51 anos de emancipação política, e queremos prestar nossa sincera homenagem a toda população pelo trabalho e dedicação com que vem lutando pelo progresso do município.

Histórico:

O município de Paulo Frontin tem sua origem histórica ligada ao de Mallet. Em 1900 chegaram em Mallet 825 famílias de imigrantes poloneses, ucranianos e russos. Esse fato impulsionou a economia regional, permitindo o surgimento de núcleos coloniais, dentre os quais o de Vera Guarani, onde formou-se um povoado.

Nesse lugar, mais tarde, implantou-se a estação ferroviária Paulo Frontin. Em 20 de abril de 1904, foi inaugurado o trecho da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, ligando a localidade de Dorizon até Vera Guarani. Em 1908, o povoado, situado no centro do Núcleo Federal Vera Guarani, se torna sub-sede da colonização. Registra-se em 1911 uma população de 4.208 pessoas. A evolução econômica e demográfica foi lenta.

Em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, foi criado o município, com território desmembrado de Mallet, e instalado a 14 de dezembro de 1952, quando foi empossado o Sr. Antônio Possidente como primeiro prefeito eleito.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de Paulo Frontin na significativa data de 14/12.

REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações ao Dom Albano Bortoletto Cavallin, pelo Jubileu de Ouro de sua ordenação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

solicitando o envio de cópia no seguinte endereço: Rua Dom Bosco, nº 145, CEP 86060-340, Jardim Dom Bosco, Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Dom Albano Bortoletto Cavallin, com 23 anos era ordenado sacerdote após 13 anos de estudos em seminários de Curitiba e São Paulo. A liturgia solene aconteceu na Catedral Metropolitana de Curitiba, onde, logo depois, começou a exercer seu ministério como vigário cooperador. Em seguida, ele assumiu a paróquia da Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, também em Curitiba, passou por outros setores da Igreja na capital e em Guaraçuva há 11 anos se tornou arcebispo de Londrina, onde se destaca como uma das principais lideranças locais.

Dom Albano se destacou como importante interlocutor da sociedade civil organizada, tendo participado ativamente do movimento de combate à corrupção que contagiou a cidade de Londrina em 2000, e foi um dos principais intermediadores com o Estado na greve histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 2001. Foi também um dos maiores incentivadores da instalação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Londrina (2002).

Nesses 50 anos de dedicação à Igreja Católica, cinco papas passaram pelo Vaticano e muitas mudanças sociais e políticas foram registradas no Brasil e no mundo. O padre Albano, que em 73 foi ordenado bispo e se tornou Dom Albano, nunca perdeu a fé e a humildade. "Eu andei pelo Brasil inteiro, pelo mundo, conheci dois papas. Eu completo 50 anos de ordenação com muita alegria, fazendo um exame de consciência de quanto recebi e quanto dei neste período e assumindo novos compromissos", disse em entrevista coletiva.

Pelo brilhante trabalho que Dom Albano Bortoletto Cavallin vem prestando à comunidade, é que propomos esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina pela comemoração de seus 50 anos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao presidente, Mário César Stamm Júnior, no endereço Av. Maringá, 2400 CEP - 86060-000 Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina foi fundado em 1953 e promove a boa relação da classe dos engenheiros e arquitetos de Londrina sempre com o

intuito de valorizar a atividade profissional de maneira digna e justa, como é o caso da "Lei do habite-se". O Clube também apóia integralmente a aplicação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) nas obras.

O CEAL procura marcar posições em torno de assuntos relevantes para a comunidade. Para isso participa de uma série de conselhos consultivos e deliberativos como o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (CMPU), Conselho de Trânsito, Conselho de Contribuintes, Movimento pela Moralidade da Administração Pública, comissão criada pela UEL para apurar as possíveis irregularidades na execução de obras no Campus, participação no CREA - PR; Defesa Civil e Ambiental, Funtel/Ipolon, Conselho de Segurança e outras opções de controle comunitário.

Pelo brilhante trabalho que o Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina vem desenvolvendo à comunidade, é que propomos esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2766

Senhor Presidente:

Rafael Greca, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à diretoria e ao corpo de associados da tradicional Sociedade Portuguesa 1º de Dezembro, fundada em 10 de novembro de 1878, pelas comemorações dos 125 anos de sua fundação, transcorridos no mês que se encerra, e em Sessão magna na data de hoje, na sede social na Rua Pedro Ivo, 462, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É valorosa e importante para Curitiba e o Paraná a antiga Sociedade Beneficente dos Imigrantes Portugueses, que leva o nome do Dia da Restauração de Portugal, em 1º de dezembro de 1640 - após sua anexação à Espanha quando ficaria aquela nação sem herdeiros do trono, depois da morte de Dom Sebastião, na batalha de Alcácer Kibir, e de o Cardeal Rei D. Henrique, naturalmente, não ter herdeiros.

Sua primeira sede foi num terreno doado pela generosa e benemérita baronesa do Sêro Azul. A instituição dedica-se ao mútuo socorro, ao cooperativismo, e ao cultivo das letras, da música e das artes. Nela brilhou o talento do grande poeta Sidônio Muralha, entre outros.

Seja este voto encaminhado ao Sr. Almilcar Fernandes Silva, presidente da Sociedade Portuguesa 1º de Dezembro - situada à Rua Pedro Ivo, 462 - Curitiba-PR, CEP: 80.010-020

REQUERIMENTO Nº 2767

Senhor Presidente:

Rafael Greca, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, inserção nos Anais, de voto de congratulações ao Reverendo Padre Gustavo Pereira Filho S.J., pela celebração do seu Jubileu de Ouro de Ordenação Sacerdotal, celebrado no último dia 30 de novembro,

às 11 horas da manhã, com missa na Igreja do Rosário, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Padre Gustavo, capelão deste Poder Legislativo, com idade venerável, cumpre incansavelmente seus deveres religiosos e cívicos. Nascido no Rio Grande do Sul, médico, vocação adulta, é um dos luminares da Ordem dos Jesuítas no Brasil. Ingressou na Companhia de Jesus já depois de formado em Medicina. Famosos os seus sermões pelo conteúdo e eloquência. Associa-se a Assembléia ao conjunto de seus admiradores, aos membros do Movimento Universitário Cristão, aos jovens por ele formados na Casa do Estudante Universitário de Curitiba - CEU, e aí se inclui o atual vice-governador Orlando Pesutti -, e a multidão de católicos do Paraná.

Encaminhe-se este requerimento ao reverendo Padre Gustavo Pereira, Rua Barão de Antonina, 522 - Ap. 55, CEP: 80.530-050.

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente:

REQUEIRO a V. Exa., nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento à diretoria da Cooperativa de Crédito Cataratas do Iguaçu, nas pessoas dos Srs. Manfred Alfonso Desenbrock - presidente e Luis Hoflinger - vice-presidente, pela inauguração do novo Centro Administrativo da entidade cooperativista, bem como a nova agência na cidade de Medianeira, no último dia 28 de novembro.

Na condição de representante legislativo de Medianeira e região nesta Casa Legislativa, se assim aceitarem os nobres pares, mesmo tendo estado presente às solenidades de inauguração daquela cooperativa de crédito, quero uma vez mais saudar e cumprimentar a sua diretoria e seu quadro associativo pelo largo sucesso alcançado e pelas obras inauguradas.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dada ciência aos diretores acima citados, via correspondência a serem encaminhadas à Rua Paraguai, 1407 - CEP: 85884-000 - Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente:

REQUEIRO a V. Exa., nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento ao SESC de Marechal Cândido Rondon, ao jornal O Presente e à Prefeitura Municipal de Pato Bragado, pela realização do 1º Jogos Regionais da 3ª Idade, no último dia 29 de novembro, na cidade de Pato Bragado.

A amplitude alcançada pelo evento, é a prova inconstante de quanto foi acertada a iniciativa pioneira de realizar esse grande encontro esportivo, que reuniu atletas de quinze municípios do Oeste do Paraná; e não menos, é a melhor justificação para a aprovação da presente proposição de homenagem, parabenizando os seus idealizadores.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma à Sra Rose Meri Tormes Zigiotto, diretora do SEC - Marechal Cândido Rondon, à Rua 12 de Outubro, 1700 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - ao Sr. Arno Kunzler, diretor do jornal O Presente, à Rua Sete de Setembro, 1233 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR; e ao Sr. Luiz Grando, prefeito municipal de Pato Bragado, CEP: 85948-970-PR.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao casal Elizabeth Bueno Laffranch e Marco Antônio Laffranch, respectivamente reitora e chanceler da Unopar - Universidade do Norte Paranaense.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este casal, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência aos homenageados da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto e louvor ao Sr. Miguel Horst Bompeixe Köhler, Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Empresariais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Campus Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2750

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, secretário de Estado do Desen-

volvimento Urbano, solicitando informações detalhadas sobre o montante dos custos da reforma do Teatro Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2755

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações sobre o valor do jeton dos membros do Conselho Estadual de Educação, inclusive no caso de houver reajuste ainda este ano, os valores anteriores e os posteriores a este.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2763

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência à Dra. Marcela Moraes Peixoto, procuradora da República no Paraná, solicitando informações a respeito da aquisição de 25.000 hectares de parte dos imóveis remanescentes do Grupo Araupel, no município de Quedas do Iguaçu:

1 - Se o objetivo é assentar famílias de agricultores em áreas específicas e com projetos definidos, porque agregar a essa aquisição 9.000 hectares de mata nativa (Mata Atlântica) e de preservação permanente e mais 7.000 hectares de florestas plantadas com finalidade industrial?

2 - Se foram obedecidas as recomendações preliminares de vistoria ambiental do Estado, conforme recomendação do Ministério Público Federal?

3 - Foram tomadas precauções de ordem técnica de avaliação feita pela Mesa Técnica, do Incra-PR, no que se refere ao número de famílias a serem assentadas, valor exato da aquisição, área exata a ser destinada a cada família, e análise técnica custo/benefício por família assentada e também o estudo técnico da importância referente à cobertura florestal existente?

4 - Foi devidamente analisada pelos técnicos dos órgãos ambientais a possível descaracterização da cobertura florestal nativa, pela proximidade do grande número de famílias que poderão vir a ser assentadas?

5 - As áreas ofertadas, por situarem-se dentro da faixa de fronteira, tiveram seus títulos juridicamente analisados, tendo em vista tratar-se de títulos oriundos de contratos firmados entre o Estado do Paraná e a estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande (Braviaco)?

6 - Existe a possibilidade de esses títulos estarem atingidos pelo disposto no Decreto nº 300/30, de 03 de novembro de 1.930, ou mesmo pelo Decreto nº 020/31,

de 05 de janeiro de 1931, devido aos elevados vícios de origem, ou mesmo passíveis de nulidade?

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2764

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência à Dra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora da Justiça do Estado, solicitando informações a respeito da aquisição de 25.000 hectares de parte dos imóveis remanescentes do Grupo Araupel, no município de Quedas do Iguaçu:

1 - Se o objetivo é assentar famílias de agricultores em áreas específicas e com projetos definidos, porque agregar a essa aquisição 9.000 hectares de mata nativa (Mata Atlântica) e de preservação permanente e mais 7.000 hectares de florestas plantadas com finalidade industrial?

2 - Se foram obedecidas as recomendações preliminares de vistoria ambiental do Estado, conforme recomendação do Ministério Público Federal?

3 - Foram tomadas precauções de ordem técnica de avaliação feita pela Mesa Técnica, do Incra-PR, no que se refere ao número de famílias a serem assentadas, valor exato da aquisição, área exata a ser destinada a cada família, e análise técnica custo/benefício por família assentada e também o estudo técnico da importância referente à cobertura florestal existente?

4 - Foi devidamente analisada pelos técnicos dos órgãos ambientais a possível descaracterização da cobertura florestal nativa, pela proximidade do grande número de famílias que poderão vir a ser assentadas?

5 - As áreas ofertadas, por situarem-se dentro da faixa de fronteira, tiveram seus títulos juridicamente analisados, tendo em vista tratar-se de títulos oriundos de contratos firmados entre o Estado do Paraná e a estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande (Braviaco)?

6 - Existe a possibilidade de esses títulos estarem atingidos pelo disposto no Decreto nº 300/30, de 03 de novembro de 1.930, ou mesmo pelo Decreto nº 020/31, de 05 de janeiro de 1931, devido aos elevados vícios de origem, ou mesmo passíveis de nulidade?

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2765

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência ao Dr. Celso Lisboa de Lacerda, superintendente do Incra no Paraná, solicitando informações a respeito da aquisição de 25.000 hectares de parte dos imóveis remanescentes do Grupo Araupel, no município de Quedas do Iguaçu:

1 - Se o objetivo é assentar famílias de agricultores em áreas específicas e com projetos definidos, porque agregar a essa aquisição 9.000 hectares de mata nativa (Mata Atlântica) e de preservação permanente e mais 7.000 hectares de florestas plantadas com finalidade industrial?

2 - Se foram obedecidas as recomendações preliminares de vistoria ambiental do Estado, conforme recomendação do Ministério Público Federal?

3 - Foram tomadas precauções de ordem técnica de avaliação feita pela Mesa Técnica, do Incra-PR, no que se refere ao número de famílias a serem assentadas, valor exato da aquisição, área exata a ser destinada a cada família, e análise técnica custo/benefício por família assentada e também o estudo técnico da importância referente à cobertura florestal existente?

4 - Foi devidamente analisada pelos técnicos dos órgãos ambientais a possível descaracterização da cobertura florestal nativa, pela proximidade do grande número de famílias que poderão vir a ser assentadas?

5 - As áreas ofertadas, por situarem-se dentro da faixa de fronteira, tiveram seus títulos juridicamente analisados, tendo em vista tratar-se de títulos oriundos de contratos firmados entre o Estado do Paraná e a estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande (Braviaco)?

6 - Existe a possibilidade de esses títulos estarem atingidos pelo disposto no Decreto nº 300/30, de 03 de novembro de 1.930, ou mesmo pelo Decreto nº 020/31, de 05 de janeiro de 1931, devido aos elevados vícios de origem, ou mesmo passíveis de nulidade?

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, solicitando do mesmo urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica.

Trata-se de reivindicação dos cidadãos paranaenses, que quer ver os seus jovens com acesso a cursos oferecidos pelo Cefet, na condição de Universidade Tecnológica.

A reivindicação é antiga, haja vista a existência de apenas uma Universidade Federal no Estado do Paraná. O Estado suporta, no respectivo orçamento, pesadas dotações destinadas ao ensino superior, enquanto a maioria dos Estados da Federação utiliza os orçamentos apenas para o ensino básico e o médio. Justa é a solicitação do Estado do Paraná e merece a urgente acolhida da União.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. João Paulo Cunha, solicitando do mesmo a rejeição do Projeto 3285-C, que dispõe sobre a proteção e uso dos ecossistemas atlânticos.

O artigo 2º da referida proposição determina que o domínio da Floresta Atlântica se estenda por quase todo o território paranaense.

A Mata Atlântica é considerada patrimônio nacional e o uso de solo é extremamente restrito.

Nos termos da matéria mencionada acima, 86% (oitenta e seis por cento) do território paranaense será considerado como integrante do domínio da Mata Atlântica. Dentro desse percentual, 370.000 propriedades agrícolas teriam que manter suas áreas intactas, não podendo mais aumentar suas fronteiras agrícolas.

O IBGE, em mapas de 1988, mostra que o domínio da Mata Atlântica é bem menor do que o projeto institui.

A Mata Atlântica é aquela denominada Floresta Ombrófila Densa, que recebe os ventos do Oceano Atlântico e tem regime de chuvas constantes, indo do mar até o topo da Serra do Mar. Em 1993, o IBGE alterou o mapa de acordo com o Decreto 750/93, contestado cientificamente.

Se aprovado, o projeto acarretará um retrocesso econômico e social em importantes áreas de produção agropecuária do Estado. A situação é grave e merece a atenção da Presidência da Câmara dos Deputados, a fim de que os paranaenses não sejam prejudicados.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 780/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Pacientes com Câncer - AAPC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que a Associação de Amparo aos Pacientes com Câncer, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Pequeno e o Grande Expedientes estão hoje reservados ao Dia da Mobilização e Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, por solicitação dos deputados André Vargas, Luciano Ducci e Tadeu Veneri.

Antes, porém, iremos fazer a leitura do requerimento da deputada Arlete Caramês: "Requerimento nº 2760, de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente, solicitando licença de 121 (cento e vinte e um) dias para tratamento de saúde, a partir de 01/12/2003, conforme atestado médico". **Aprovado.**

Automaticamente, com a licença concedida por este Plenário à deputada Arlete Caramês, temos a honra de convidar o Sr. Felipe Lucas para que assuma como 1º suplente, o cargo de deputado, na vaga do licenciamento da deputada Arlete Caramês.

Solicito aos senhores deputados Nelson Tureck e Delegado Bradock, para que acompanhem o Sr. Felipe Lucas até esta Mesa, para proferir o seu juramento.

(O Sr. Felipe Lucas presta o juramento)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido o deputado Felipe Lucas a tomar assento e o declaro empossado.

Como o Pequeno e o Grande Expedientes estão reservados para o Dia da Mobilização do Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, pela ordem de inscrição, convidamos o deputado Luciano Ducci.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria cumprimentar secretários municipais de Saúde aqui presentes, os representantes e presidentes das entidades da área da Saúde, os trabalhadores da área da Saúde, os membros dos Conselhos Estaduais, os representantes dos Conselhos Municipais de Saúde, conselhos locais de saúde, os usuários do Sistema Único de Saúde e os prestadores de serviço.

Hoje é o Dia Mundial da Luta Contra a AIDS. É um dia muito especial, um dia onde o mundo inteiro as pessoas se unem em luta contra essa epidemia que aflige o mundo.

E não poderia ser diferente hoje, nós aproveitamos esta data onde se comemora essa luta há muitos anos. E o Brasil, de uma forma muito especial, vem vencendo essa luta com medidas do Governo Federal, dos governos estaduais, dos governos municipais, para que pudéssemos, aqui na Assembléia, também transformar num dia de luta, de mobilização pelo cumprimento da Emenda nº 29, para mostrar que essa não é uma luta de dois, três, quatro parlamentares, uma luta de toda a sociedade civil organizada, de todos os militantes da área da

saúde, de pessoas que há mais de dez anos vêm lutando pela vinculação dos recursos para esse setor. Uma luta que começa em 1993, com Eduardo Jorge, com Valdir Pires, que depois passa por Sérgio Arouca, passa pelo Serra, vai passando por vários atores, até que em setembro de 2000, em cima de um grande movimento de organização, a gente consegue aprovar a Emenda nº 29, que garante os recursos para o setor, tanto a nível municipal, estadual, como nacional. E essa luta termina em 2000, mas começa, a partir daí, uma grande mobilização dos secretários municipais, que puderam, nessa história toda, conseguir recursos a mais para os municípios.

A grande maioria dos municípios do Paraná e do Brasil cumprem a Emenda nº 29, conforme manda a lei, e fizeram com que o Sistema Único de Saúde desse um grande salto nesses três anos. Ampliaram significativamente o número de equipes de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de programas aqui em Curitiba, como o "Mãe Curitibana" - e no Estado, tantos outros programas, bancados exclusivamente pelos municípios e outros em parceria com o Ministério da Saúde.

Mas muito pouco nesses três anos tem se conseguido de recursos da parte estadual para investimento no setor saúde. E os municípios nesse período todo têm esgotado praticamente sua capacidade de investimento no setor. Se não houver recursos novos, para que os municípios consigam dar mais um salto dentro do sistema, diminuindo a mortalidade infantil, fazendo com que se invista mais nos programas como saúde da família, agente comunitário da saúde. E tantos outros programas de organização do sistema, certamente, em breve nós teremos muitas dificuldades para dar continuidade e atendimento aos pacientes.

Na questão farmácia básica, hoje, o grande investimento quem faz é o município. Os Estados entram com uma percentagem muito pequena, o Ministério da Saúde também, e os municípios, praticamente acabam garantindo os medicamentos básicos de uso contínuo.

Então, com toda essa mobilização que vem sendo feita, não só a nível do Estado do Paraná, mas no Brasil, tem por iniciativa principal, como objetivo principal, garantir o cumprimento da Emenda nº 29, porque nós sabemos que com a Emenda nº 29, principalmente na parte estadual, é um recurso novo garantido. E nós, quando pegamos o Orçamento Estadual para o ano de 2004, encontramos uma série de distorções dentro do Orçamento. Sabemos até a boa vontade que o Governo vem tendo, tentando colocar um dinheiro novo.

Não quero nem discutir os programas, porque cada um tem uma visão sobre regionalização, sobre programas governamentais. Mas, a nível de recurso, quando você pega o Orçamento do Estado, ele comete os mesmos equívocos e os mesmos erros cometidos na administração anterior. Considerando saneamento básico como investimento na área da saúde, saneamento básico tarifado, feito com dinheiro emprestado do Paranasan.

Então, quando se pega onze milhões da Suderhsa, então é mais absurdo ainda. Quando você vê o que está escrito no PPA para a Suderhsa, você vai ver que tem 11 milhões, e no PPA está escrito "macro e micro drenagem no litoral, espigões, aterros sanitários, poços, barracões especiais para reciclagem e processamento do lixo, recuperação de áreas desagradáveis e fundos de vales, construções de barragens, parques e estradas vicinais, pontes, canais de limpeza e desassoreamento do Rio Iguaçu.

Tudo isto está sendo contabilizado como despesa da área da saúde. Isto, os militantes do setor da área da saúde, com certeza não aceitam, de forma alguma. Como não se aceita, também, clientela fechada, que é o plano do servidor público estadual, que é o programa do hospital da Polícia Militar, que é um bom hospital, que queremos que ele dê o melhor atendimento à gloriosa Polícia Militar, mas, não pode contabilizar como recurso do SUS, que é atendimento universal, que é para todo mundo, que é de graça.

Então, não podemos contabilizar isto como despesa do setor de saúde. Também há situações que poderiam ser consideradas como despesas da área da saúde, como a questão dos hospitais universitários ou programa do leite, desde que estivesse tudo alocado no Fundo Estadual de Saúde, porque nós entendemos que o dinheiro alocado no Fundo Estadual de Saúde permite que o Conselho Estadual de Saúde fiscalize este dinheiro, aprove o programa de disponibilização deste recurso, conforme o programa que vai ser atingido.

Então, se o dinheiro estiver no Fundo Estadual de Saúde, com certeza ele vai para o hospital universitário, em cima de um programa do que vai acontecer com aquele dinheiro, que vai para o hospital universitário, de forma transparente, de forma que o Conselho Estadual de Saúde fiscalize, realmente, este recurso, para ver se está atingindo sua meta principal.

E, assim, se formos ver, no PPA tem uma série de coisas que estão faltando, vamos dizer assim. Como não consta nada sobre agente comunitário, como o Programa Saúde da Família, nem sobre parto humanizado, nem sobre apoio a consórcios ou urgência e emergência. Eu sei, até, que o Governo vem apoiando os consórcios. Só que no PPA não coloca e não cita nada a este respeito!

Então, são várias situações que vimos lutando, aqui na Assembleia, e pede, de uma forma muito especial, que a Comissão de Orçamento olhe com muito carinho o orçamento como um todo, veja o que está incoerente neste momento e no PPA, veja o que dizem as normas, o que diz a Emenda 29, o que diz a Resolução do Conselho Nacional de Saúde, o que diz a Portaria do Ministério da Saúde e o que vem acontecendo, também, em outros Estados. Em São Paulo, o governador Alckmin cometeu o mesmo equívoco que estávamos cometendo aqui, mas ele percebeu, pressionado pelos Conselhos, pelas entidades, pelos usuários do SUS, e voltou atrás: retirou o saneamento do orçamento do Estado de São Paulo.

Assim aconteceu no Governo Federal, também. O presidente Lula, num primeiro momento, colocou O Fome Zero, colocou diversas situações no orçamento da saúde, quase 4 bilhões que não poderiam de forma alguma, e não era aceitável por ninguém, pela Frente Parlamentar de Saúde da Câmara Federal e por diversos segmentos, como investimento na área da saúde. E, felizmente, o Governo Federal também retirou da sua proposta orçamentária esses 4 bilhões e contemplou, na verdade, a Saúde, com mais quatro bilhões para o ano que vem.

Nós esperamos que possamos caminhar para o entendimento, sair de um impasse e que possa avançar com recursos novos para a área da saúde. Diversos deputados fizeram emendas coletivas para o setor de saúde, assinaram emendas colaborando e apoiando iniciativas de hospitais da cidade de Curitiba e de todo o Estado do Paraná, e esperamos ver essas emendas contempladas, como espera também ver contemplado um recurso destinado fundo a fundo: do Fundo Estadual de saúde para os Fundos Municipais de Saúde, em apoio a todo o processo de municipalização. E, com todo o processo de municipalização que aconteceu no Estado do Paraná e que acontece no Brasil, no final da história quem está sendo penalizado por mais investimento, vem sendo os municípios, porque estão tendo que fazer a reposição dos profissionais municipalizados, a partir das suas aposentadorias. Os municípios é que estão as reformas nas unidades de saúde, são os municípios que estão prestando atendimento direto à população, na grande maioria dos casos, e enfrenta novos desafios, como a consulta especializada, com internamento e procedimentos básicos que reverterem poucos recursos para os prestadores de saúde.

Entendemos que, com essa possibilidade de um recurso justo para a área da saúde, recurso que é da lei, que é da saúde, possamos estar avançando.

Quero agradecer aqui as diversas entidades que se manifestaram através de moções para o deputado André Vargas, para mim, enfim, para todos que apoiam a saúde como: Conselho Regional de Psicologia, Fisioterapia, de Serviço Social, de Fonoaudiologia, de Farmácia, de Enfermagem, Associação Brasileira de Enfermagem, de Medicina Veterinária, de Biologia, Conselho Regional de Nutricionismo, de Odontologia e de Medicina. Todas essas entidades representam os profissionais de saúde. Todos assinaram essa moção de apoio ao cumprimento a Emenda 29.

Qual é a nossa esperança? É o cumprimento da Emenda 29! Que ela possa ser cumprida, pela primeira vez, no Estado do Paraná! Que ela possa, a partir do ano que vem, estar trazendo recursos novos para o setor, que possam estar privilegiando as pessoas mais pobres, mais idosas! Que ajude toda a sociedade paranaense!

Quero pedir esse apoio, mas um apoio especial aqui dos deputados e muito, muito especial, que é a Comissão de Orçamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra à Sra. Joelma Aparecida de Souza Carvalho. Conselheira de Segmento de Usuários do Conselho Estadual de Saúde.

A SRA. JOELMA APARECIDA

Boa tarde a todos os deputados e deputadas, ao pessoal presente aqui no plenário, os movimentos sociais, os trabalhadores, gestores e os prestadores de serviço.

Estamos hoje representando o Conselho Estadual de Saúde. Já estivemos aqui no ano passado apresentando o orçamento da saúde para 2003. Foi uma pena que ele, novamente, não foi cumprido, como determina a Emenda nº 29.

E estamos aqui novamente fazendo essa colocação, apresentando-lhes, pedindo a compreensão de todos os deputados desta Casa, que olhem esse orçamento. Para 2004 ele não condiz como determina a Emenda 29.

Temos uma ação movida por vários segmentos do Conselho Estadual de Saúde contra o Governo do Estado do Paraná, pelo não cumprimento da Emenda. Está correndo no Ministério Público.

Estamos pedindo que a Comissão de Orçamento avalie esse orçamento, que reveja essas coisas que não são da área da saúde, como determina a Lei nº 8080, como determina a Resolução 316, que agira é 322 do Conselho Nacional de Saúde.

Estamos aqui hoje, porque na semana que vem vocês estarão aprovando ou não o orçamento da saúde para 2004. Gostaríamos muito que fosse revisto isso, porque não dá para ficar com a saúde que estamos, um estado como nós temos.

Tivemos agora uma avaliação da nossa 6ª Conferência Estadual de Saúde. A participação popular cresce cada vez mais, o controle social cresce cada vez mais.

Então, nós gostaríamos de estar colocando hoje que essa Comissão avalie direito esse orçamento, veja que essas coisas que estão colocadas, com saneamento básico, como leite para as crianças fazem parte da saúde, mas não podem estar locados num Fundo Estadual de Saúde, principalmente o saneamento básico que pagamos as tarifas! Estamos dando dinheiro público e ainda estamos pagando as tarifas!

Então, isso deve ser revisto, deve ser repensado pelos senhores que estão representando, um só município, mas os 399 municípios. Nós que colocamos cada um dos senhores aqui, estamos pedindo a compreensão de todos, porque se nós colocamos os senhores aqui é para estar defendendo interesses de todo o Estado do Paraná e esta é a hora de mostrarmos que os senhores e senhoras estão aqui para defender os interesses da população paranaense.

Estamos aqui, hoje, em nome do Conselho, fazendo esse pedido aos senhores, para que revejam essa questão do orçamento, e queremos todo dinheiro da saúde, no Fundo Estadual de Saúde! A Conferência deliberou isso, deliberou um plano estadual de saúde para o

Estado do Paraná e esse Conselho vai estar mandando isso para frente, vamos estar tocando isso e gostaríamos de pedir o apoio desta Casa para que reveja esse orçamento, isso porque não dá para ficar o caos que está a nossa saúde pública.

Então, precisamos para 2004 ter todos esses recursos, esses 12% que determina a Emenda Constitucional a Emenda Constitucional 29 no Fundo Estadual de Saúde, porque assim vamos conseguir melhorar o Sistema Único de Saúde no nosso Estado do Paraná.

Se não tivermos a compreensão desta Casa, de cada deputado e de cada deputada desta Casa quanto a essa lei que está na Constituição Federal, nós, os movimentos populares de saúde, os movimentos sociais, os trabalhadores de saúde, os prestadores e os gestores, vamos entrar de novo com uma ação contra o Governo. Por isso, estamos pedindo a compreensão, principalmente da Comissão de Orçamento, para que reveja isso.

Não dá para aprovar um orçamento com todas essas coisas que estão colocadas dentro desse. A saúde paranaense, a saúde brasileira já é tão precária, se nós tomarmos recursos da saúde para investir nessas outras áreas onde vai parar a saúde? E nós que precisamos do Sistema Único de Saúde? E nós que dependemos dele?

Em nome de todos os segmentos representados pelo Conselho Estadual de Saúde, os usuários, os trabalhadores, os gestores e os prestadores pedimos aos senhores deputados e às senhoras deputadas para que revejam essa questão do orçamento. Não dá para votar, não dá para aceitar o orçamento da forma como ele está sendo colocado, porque não será só o Conselho que irá responder mais tarde, e sim, como determinam as Leis nºs 8.080 e 8.142, a Resolução 322, cada uma aqui, todos seremos responsáveis pelo não cumprimento dessa Emenda Constitucional 29.

Meu muito obrigado, Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Temos a honra de conceder a palavra ao Dr. Donizete Jean Bernardino, presidente do Conselho Regional de Medicina.

O SR. DONIZETE JEAN BERNARDINO

Boa tarde, senhoras, senhores, senhores deputados desta Casa.

Com muita satisfação, é uma honra estar nesta Casa pela primeira vez, falando em nome dos trabalhadores da saúde do nosso Estado.

É um momento importante e nós temos certeza que teremos a atenção de todas as pessoas desta Casa.

Estamos aqui para solicitar que um direito social seja respeitado e cumprido. Os princípios do SUS só poderão ser executados com dignidade e excelência na qualidade de prestação de seus serviços à saúde, com o respectivo financiamento. Devemos defender o melhor possível e não o que é possível. Desrespeitar estes direitos é um ato de violência contra a sociedade, principal-

mente a população que depende do sistema público de saúde, a mais carente de proteção social!

Debater um tema desta natureza no Estado do Paraná, revela os contrastes de justiça social nos tempos de hoje. Como explicar aos nossos filhos que a quinta economia federativa do país apresenta o pior orçamento proporcional à saúde? Desperta uma inquietude um Estado produtor de tanta riqueza optar por decisões pobres em relação à saúde de seu povo.

Estes comentários contundentes não devem ser considerados agressivos aos governantes e políticos que lhe dão sustentação. temos a certeza que realizarão uma gestão de muito desenvolvimento do nosso Estado, nós apenas estamos defendendo as camadas mais pobres de nossa população, e para uma finalidade tão terna as palavras às vezes são duras.

Outro aspecto é que o orçamento em saúde não é despesa; é investimento.

Investir em capital humano é uma atitude cidadã, com resultados administrativos e sociais tangíveis. A prestação de serviços na área da saúde representa uma força de trabalho que gera empregos em número significativo, diretos e indiretos, em todos os municípios do Estado, trata-se de mais um mecanismo da melhoria de distribuição de renda e do desemprego.

Importante lembrar que a receita de um Estado provém de seus impostos, que por sua vez, quando criados e implantados, são amparados em motivações e razões da ordem de direitos sociais, como forma de promover justiça social.

Portanto, qual seria a justificativa que os direitos sociais não tivessem prioridades nos orçamentos?

Se a resposta for “não temos recursos”, caracteriza um paradoxo:

Os impostos são criados a fim de promover justiça social, mas na sua aplicação os critérios estabelecidos seguem diretrizes tecnicista, obedecendo um lógica utilitarista onde o homem e a natureza são vistos conforme sua utilização e domínio.

Precisamos refletir.

Precisamos de atitudes.

Precisamos de consciência e de responsabilidade social.

São estas as razões que o CRM defende que os recursos para a saúde obedeçam os preceitos constitucionais em valores de destino. Consideramos que financiar segmentos da sociedade como o SAS é quebrar a equidade e transferir renda; assim como recursos ao saneamento pertencer à saúde só se justifica caso a utilização fosse, através do Conselho Estadual da Saúde, a sua execução através da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Precisamos transformar o Paraná no Estado que investe de forma exemplar na saúde de seu cidadão. Para tanto, é indispensável a vontade e atitude política de nossos representantes nesta Casa.

Peço isso em nome dos trabalhadores, da população e de todos que assim precisam.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Temos a honra de conceder a palavra à Sra. Simone Peruzo, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem. Seção Paraná.

A SRA. SIMONE PERUZO

Primeiramente meu boa-tarde a todos, os parlamentares, todos os nossos colegas, e principalmente aos nossos trabalhadores, nossos gestores, prestadores de serviços, e acima de tudo e de todos os usuários.

Estou hoje aqui representando todos os trabalhadores, mas, por ser enfermeira e presidente atual da Associação Brasileira de Enfermagem, represento a enfermagem paranaense, que gera em torno de quarenta mil profissionais e é em nome desses profissionais que, como cidadã, enfermeira, docente, representante do segmento dos trabalhadores, coloco aos senhores um certo constrangimento, uma certa decepção e - por que não dizer - uma certa insegurança com relação ao que acontece hoje nesta Casa. Acho que no momento em que nós, cidadãos, votamos pelos senhores, para os senhores, e juntamente conosco é bastante desconfortável tentarmos nos fazer ouvir, bem como lembrarmos que por ocasião de que, quando foram eleitos, diziam-se sabedores do gasto *per capita* de cada brasileiro, que é em torno de duzentos e sessenta reais por ano e setenta centavos por dia. E aqui estou falando da atenção básica, quanto da atenção de maior complexidade, sejam as questões de transplante ou de hemodiálise. Todos os senhores, pelo menos em campanha, diziam-se sabedores dessas questões e nos prometiam que as coisas poderiam mudar!

Então para nós, um País jovem, um País onde hoje nos preocupa a questão do envelhecimento e falo isso com extremo conforto e desconforto, por estar atuando em asilos onde as pessoas sequer têm o apoio, a não sere da comunidade, para poder ter um pouco de dignidade. Coloco aos senhores, então, a minha frustração de estar discutindo ou de estar tentando discutir que temos que reforçar e lutar por algo que já está previsto por uma Constituição.

Então, em nome da enfermagem brasileira e de todos os trabalhadores e, acima de tudo, dos usuários, pelo aos nossos dirigentes que sejam coerentes no antes da campanha, no durante a campanha e principalmente depois de suas campanhas e apelo principalmente à questão dos nossos parlamentares responsáveis pela Comissão de Orçamento, frente a esse absurdo que vai acontecer se for a redução de investimentos na área de saúde.

Obrigada!

(Aplausos)

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, entendo a manifestação da ilustre defensora da área da saúde, assim como nós e junto com outros deputados aqui, da sua inquietação em relação ao silêncio na hora da sua fala.

Eu gostaria, não de fazer a defesa dos deputados, mas para esclarecer que o Plenário se prepara para a grande discussão da Ordem do Dia, e é normal que venha esse debate, porque são Emendas que serão apresentadas daqui a pouco. Então, há vários encaminhamentos ao mesmo tempo e também dizer que é evidente que nós gostaríamos que todos estivessem centrados só em um assunto, mas esse assunto por certo não passará despercebido, no momento oportuno da discussão e da votação, neste plenário.

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço para as galerias se manterem em silêncio, para ouvirmos o orador.

O SR. NEIVO BERALDIN

A não ser que a galeria esteja tentando pedir para que votemos contra! O objetivo é fazer com que tenha efeito positivo, a vinda dos convidados no dia de hoje, para a área de saúde. É esse o motivo. Não é produtor que se chame a atenção do plenário, porque aí se faz um "gol contra". O nosso objetivo é amenizar o puxão de orelha dado pela senhora que ocupou a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, Sr. Gerson Zafalon, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. GERSON ZAFALON

Boa tarde, senhoras e senhores deputados, trabalhadores da saúde.

O Conselho Federal de Medicina, autarquia federal que representa 285 mil médicos brasileiros, dos quais quase 15 mil trabalham neste Estado, sentem-se honrados em participar desta reunião histórica, nesta Casa de Leis.

O Conselho Federal de Medicina apóia o cumprimento constitucional, que garante os recursos necessários para a saúde pública brasileira. O Conselho Federal de Medicina apóia ainda as emendas coletivas, dos ilustres deputados paranaenses, em prol das instituições de saúde do nosso Estado, que geram, além de empregos aos trabalhadores da área da saúde, cuidam também do bem-estar do cidadão paranaense, quando o mesmo necessita dos cuidados médicos. O Conselho Federal de Medicina apóia ainda o movimento social, pela gratuidade aos usuários dos serviços de saneamento, caso o investimento em saneamento seja mantido no orçamento da área da saúde, com a qual não concordamos. Apóia ainda que todas as verbas sejam depositadas no Fundo Estadual de Saúde.

Semanalmente, às vezes mais de uma vez por semana, o Conselho Regional de Medicina recebe queixas dos hospitais universitários e de outros hospitais públicos ou privados, que fecham ou a UTI neonatal ou a maternidade, por falta de recursos, gerando insegurança e intranquilidade aos seus usuários. Finalmente, o Conselho Federal de Medicina apóia a ação cívica do Ministério Público do Estado do Paraná, em prol do cumprimento da lei, dever de todos nós, cidadãos.

O Conselho coloca à disposição desta Casa as câmaras técnicas do Conselho Regional de Medicina, que podem assessorar nos mais diversos projetos na área da saúde.

Boa tarde. Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para contribuir com o debate, eu gostaria que o Ministério Público do Paraná prestasse atenção no projeto de lei que está em votação na Câmara Municipal de Curitiba, esta tarde, que não permite que se reduza o ISS sobre os hospitais, de 5% para 4%. Mas, no mesmo projeto de lei do prefeito municipal, o ISS dos cartórios do nosso prefeito tão questionado na Justiça é reduzido de 5% para 2%. Acho que o movimento tão preocupado com a saúde e também o promotor público tão preocupado com a saúde, deveriam prestar atenção nisso.

Era isso. Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Tadeu Veneri, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados, nossos convidados.

Como já foi dito, hoje é um dia não apenas histórico para a saúde e para a Assembléia Legislativa; mais do que isto, é um dia de reflexão. Nós, deputados, sabemos que vamos votar o orçamento e quem dentro dele, senhor presidente, senhores deputados, a ser votado, há que se fazer valer aquilo que determina a Constituição Federal.

A Constituição Federal, na Emenda 29 determina que nós temos que ter objetivamente 12% para a saúde. E quando eu digo objetivamente, é porque não se permite, sob qualquer justificativa, muitas delas que nós, inclusive, reconhecemos como sendo justificativas legítimas, porém não legais, justificativas que o próprio Governo Federal do qual o Partido dos Trabalhadores faz parte e tem o presidente Lula como um dos grandes defensores da saúde neste país, teve que reconhecer que havia se equivocado quando apresentou, dentro do orçamento da

saúde, outras ações que não da saúde - por exemplo, o Fome Zero - e teve que retirar por conta de uma manifestação feita no Congresso Nacional por diversos deputados de todos os Partidos, porque esta não é uma luta, senhores deputados, que diz respeito apenas a este ou aquele Partido - diz respeito, sim, a uma condição de cidadania.

Não há como se falar em cidadania sem primeiro se falar em direitos: não há como se ter a noção de cidadania se nós descumpirmos com aquilo que nós mesmos aprovamos e que nós enquanto cidadãos deste Estado reconhecemos como sendo um dos pilares da nossa democracia que é cumprir as leis, e cumprir as leis significa o que diz a Constituição, significa não incorrer nos mesmos erros que o governo anterior incorreu, inclusive quando o governo Jaime Lerner deixou quase um bilhão de reais de ser aplicado na área da saúde, sucateou determinados setores da saúde, está hoje sendo questionado pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, e nós não queremos que isto novamente aconteça.

Por isso, estamos fazendo não apenas um apelo, porque apelo se faz entre companheiros, mas apelo se faz quando é possível que a gente, de alguma forma, chegue a uma conclusão que não aquela que está estabelecida. Não é apenas um apelo. O que a população do Paraná e o movimento de saúde organizado e que aqui se manifesta fazem, é uma exigência, uma exigência cidadã, para que seja cumprido o que determina a Emenda Constitucional nº 29, que diz: saúde é tudo aquilo que vem dentro de um processo e que não comporta, como estamos vendo, não comporta, e que precisa ser dito, que se coloque o Hospital Militar, não comporta que se coloque recursos com saneamento, não comporta que se coloque recursos com o SAS, não comporta outras situações.

Isto cria dificuldades? Cria! E nós sabemos disto, porque somos base aliada do governador Requião, temos votado em todos os projetos que o governador Requião tem encaminhado a esta Casa, porque reconhecemos no governador Requião um governo que avança, que vai além daquilo que nós entendíamos como sendo pernicioso para o Estado e por isso foi eleito, mas nós não podemos, sob pena de, ao nos calarmos, estarmos sendo coniventes com uma ação que é ilegal, e a ilegalidade, senhores deputados, não pode ser praticada dentro de um espaço que tem como primeiro objetivo cumprir a lei. Se nós queremos, se nós exigimos, se nós temos por obrigação fazer com que a lei seja cumprida pelos outros, muito mais ela deve ser cumprida por nós, deputados.

Então, espero que ao votarmos aqui as emendas na área da Saúde, ao votarmos aqui o orçamento, que este orçamento reflita exatamente aquilo que determina a lei, ou então, que façamos um movimento para mudar a lei, mas que não possamos escamotear este debate, porque senão vamos dizer, senhoras e senhores deputados, que o problema não está na lei; o problema está nos governos anteriores, está na falta ou insuficiência de recursos.

Mas as pessoas que procuram a Saúde não conhecem a lei. Em determinados momentos só se procura o serviço da saúde como o último dos serviços, porque nós sabemos que preventivamente muito pouca coisa se faz. As pessoas não querem saber se os deputados votaram ou deixaram de votar por esta ou aquela contingência; elas precisam da saúde! E é em nome destas pessoas que eu acho que a Assembléia Legislativa deve cumprir com aquilo que determina a lei: 12% para a Saúde, sem mais nem menos, exatamente o que é justo! E o que é justo deve ser feito, independente das pessoas gostarem ou não, porque eu acho que os deputados estão aqui para cumprir a lei, espero que todos nós saibamos disso e na hora de votarmos o orçamento, votemos pelos 12% da Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, Marcelo Marques, secretário da Saúde do município de Piên e representado os secretários municipais de Saúde.

O SR. MARCELO MARQUES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prestadores, trabalhadores, usuários do Sistema Único de Saúde, muito boa-tarde.

Represento aqui o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Paraná, os municípios estão cumpridos, e com folga, o que manda a lei! Sempre que é chamado, o município tem atendido; não podemos mais esperar que o município seja penalizado!

Por várias razões, mais e mais pessoas têm acesso ao Sistema Único de Saúde, por empobrecimento da classe média, por preços abusivos dos planos de Saúde. o fato é que as demandas têm sido crescentes. Não podemos entender, portanto, que o orçamento diminua ou que este orçamento seja diluído em causas que não são da Saúde.

Representando o Conselho dos Secretários Municipais, represento aqui 399 municipais, represento aqui a base de cada um dos senhores e represento aqui, aonde efetivamente a Saúde acontece! Gostaria, portanto, de lembrar que este movimento dos deputados Luciano Ducci, André Vargas, Tadeu Veneri e Padre Paulo é, acima de tudo, um movimento supra-partidário. Não fosse assim o Cosemes não estaria aqui apoiando.

Gostaria de pedir aos senhores deputados que, na medida do possível, olhassem com muito carinho, que não deixassem para fazer amanhã o que não podemos fazer hoje. Os municípios não aguentam mais, a saúde está absolutamente necessitada de novos recursos! Peço, encarecidamente, que os senhores tenham atenção para com os usuários do Sistema Único de Saúde.

Muito boa tarde.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas, da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhores deputados, cidadãos e cidadãs do movimento de Saúde, que comparecem legitimamente a esta Casa.

É preciso dizer que esse debate sobre o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, esse movimento não se iniciou nesse mandato e nem mesmo se iniciou o ano passado ou nos anos anteriores. A construção do Sistema Único de Saúde, anseio legítimo da população brasileira, mobilização histórica da década de 70, da década de 80, garantindo na Constituição Federal e na Legislação pertinente aprovada posteriormente.

No ano passado, o movimento de saúde esteve aqui nesta Casa, eu não era deputado, era vereador em Londrina, e estive aqui, junto com o movimento, pedindo à Comissão de Transição que pudesse, no orçamento de 2003, para o cumprimento. Esse ano que foi votado no ano anterior, acolher as alterações necessárias para que os gastos em saúde fossem aqueles destinados à saúde pública do povo do Paraná. É preciso dizer que se esse debate está ocorrendo hoje com esse calor, certamente ocorre num ambiente democrático.

Esta Casa certamente está muito mais próxima do anseio popular, porque aquela reivindicação não pode ser acolhida. E houve má compreensão, o governo assumirá, com um déficit de 1 bilhão de reais do governo Jaime Lerner, que não cumpriu a Emenda Constitucional nº 29. Este movimento agora transpassa a mobilização de 1, 2 ou 3 partidos políticos. É a repercussão do movimento da sociedade civil e visa primeiramente evitar que essa dívida de 1 bilhão possa estar aumentada em 300 milhões no ano que vem.

Portanto, quando se fala nos gastos tipicamente de saúde, fala-se naquilo que se convencionou chamar de Sistema Único de Saúde, conquista maior do povo brasileiro, a maior e a melhor política pública, uma das melhores do mundo. E, sem dúvida nenhuma, a melhor deste País.

Quando se fala na impropriedade dos gastos em saneamento, não estamos dizendo que o saneamento não interfere nos vetores de saúde, nos dados epidemiológicos. Estamos dizendo que os 151 milhões de reais que serão destinados à Sanepar, que é uma empresa de economia mista com sócios privados, não podem compor o índice de 12%. E não é porque o André Vargas não quer, porque o movimento não quer, é porque não está previsto. Por quê? Porque os gastos em saneamento, que evidentemente levassem em conta deliberações do Conselho Estadual, levasse em conta os dados epidemiológicos, poderiam eventualmente ser considerados. Ocorre que é

um dinheiro que vai aportar capital na Sanepar. É um dinheiro que vai aportar capital numa empresa cujos sócios são: Andrade Gutierrez, Grupo Dominó, que visam lucro e que cobram tarifas para tanto, cujas tarifas e lucro não retomarão ao Fundo Estadual de Saúde.

Não cabem aqui, sofismas. Não cabe aqui, dizer que estes deputados não querem que se tenha uma saúde dos servidores públicos. Queremos e defendemos, mas nós entendemos que o SAS, que o Hospital Militar são indicadores que devem compor o orçamento de pessoal, assim como os gastos da Sudessa devem estar alocados no Setor de Meio Ambiente. Qual é, qual seria a melhor hora para que fizéssemos este debate? Antes da votação do orçamento legítimo, portanto essa mobilização, e esta Casa acolhe com alegria, porque o horário nobre do Parlamento é a votação do orçamento, a mais importante lei que se vota nesta Casa. E a votação do orçamento, a mais importante lei que se vota nesta Casa. E a votação do orçamento, portanto, pode e deve repercutir o anseio e a vontade popular. Saúde Pública para todos os paranaenses. Saúde Pública para que os Conselhos decidam, porque são eles os legítimos detentores de mandatos para dizer quais são as melhores rubricas, a melhor forma de aplicarmos os recursos.

Portanto, senhor presidente, para concluir, pois pretendi fazer aqui uma exposição didática, sem sofismas, para que não venham dizer amanhã, que este ou aquele deputado entende que saneamento não é saúde e não gera saúde. Alimento também gera saúde, emprego também gera saúde. No entanto, saúde pública é o SUS, e quem delibera sobre o SUS é o Conselho e toda força dos Conselhos!

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Passamos a palavra ao orador inscrito, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, profissionais da área da saúde, enfermeiros, atendentes de enfermagem, médicos, lideranças sindicais, senhoras e senhores.

A Oposição se solidariza à proposta de Emenda apresentada ao Orçamento Geral do Estado do Paraná pelos deputados André Vargas e Luciano Ducci. Deputado André, que aliás é presidente do Partido dos Trabalhadores, que tem assumido posições nesta Casa, apesar de ser um deputado da base aliada do governo, que efetivamente tem trazido dissabores ao Poder Executivo. Até porque, ser governo não implica necessariamente em votar a todo momento ao lado dele, principalmente também quando o governo se equivoca. É compreensível às vezes. Nenhum governante gosta de ter os seus recursos vinculados. Nenhum governante gosta efetivamente de não poder dispor ao seu bel-prazer, dos recursos do Tesouro do Estado.

É por isso mesmo que existe o Parlamento. É por isso mesmo, que existe o Legislativo Federal, o Legislativo Estadual e o Legislativo Municipal. E foi por isso que a Emenda Constitucional nº 29 pensando em preservar os interesses maiores da sociedade brasileira, impôs a aplicação mínima de recursos na área da saúde. Talvez para aqueles que queiram governar ao seu bel-prazer, isso seja um incômodo, como talvez tenha sido um incômodo quando a Constituinte de 88 estabeleceu 25% para a área da educação. Mas em um país subdesenvolvido ou em fase de desenvolvimento, é necessário muitas vezes que o Legislativo imponha regras e condições, para que nenhum administrador, nenhum governante haja e administre de maneira despótica. Por isso é que nós temos, com muita sabedoria, a Emenda Constitucional nº 29. E nós, da Oposição, deputado Elio Rusch, deputado Valdir Rossoni, deputado Plauto, enfim, os deputados da Oposição, somam esforços ao deputado Tadeu, que é deputado do PT ao deputado André Vargas, ao deputado Luciano Ducci.

É por isso que, como membro da Comissão de Orçamento, dissemos isso hoje pela manhã, em uma reunião da Comissão de Orçamento, que nós não abrimos mão de três questões. Primeiro, 12% no Orçamento Geral do Estado destinado exclusivamente na área da saúde. Não abrimos mão também de recursos na área escolar, não abrimos mão também das prerrogativas que tem o Legislativo de votar matérias orçamentárias, e, automaticamente, não concordamos com a delegação antecipada de poderes do Legislativo para o Executivo.

Por isso deputado Ângelo Vanhoni, nós não podemos, lá na Comissão de Orçamento, em hipótese alguma, sermos discordantes da postura que tem assumido o deputado André Vargas, que é presidente estadual do PT, e que algumas vezes, pela sua postura corajosa, tem sofrido retaliações. Não podemos aceitar. E, se lá estamos, o deputado André Vargas, o deputado Durval Amaral, o deputado Carli e o deputado Traiano, além dos deputado Marcos Isfer, Ademir Bier, da base do Governo e também o deputado José Maria, nós vamos, intransigentemente, lutar para que encontremos uma saída, para que possamos contemplar 12% na área da saúde. Não podemos concordar, e o deputado André Vargas muito bem colocou aqui, vai-se gastar 150 milhões para saneamento básico, sem dúvida alguma, saneamento básico a médio prazo traz melhorias na área da saúde. Mas, como vamos concordar se esses 150 milhões trarão, efetivamente, recursos para a Sanepar?

Não é possível! Não é aceitável! Então, nós queremos, sim, recursos para a saúde pública do Estado do Paraná. Nós sabemos o quanto os municípios estão sendo sacrificados. Eu mesmo represento pequenos municípios no Paraná e sei que muitos deles, recebendo dez, doze mil reais de SUS ao mês, chegam a gastar 70, 80, 100 mil reais com recursos na área da saúde. Estão se empobrecendo. O município cumpre seu papel com sacrifícios, porque ele não tem como emitir moeda, não tem como

gerar renda, não tem como gerar recursos. E o Estado, efetivamente, é seu dever constitucional de aplicar 12% na saúde.

Por isso, quero dizer à Sra. Joelma: não se trata de o Legislativo ter compreensão, não. Trata-se de o Legislativo ter obrigação, dever de reparar o que o Executivo, tenta fazer através da sua proposta orçamentária. Acho mais: a Assembléia deveria ter devolvido ou deve devolver a proposta orçamentária para o Executivo, para que ele possa emendar sua proposta orçamentária, contemplar os 12% que são devidos à área da saúde. Assim, não correremos o risco, por exemplo, de realocar os hospitais universitários, que estão alocados hoje, nas despesas voltadas para a pasta de ciência e tecnologia, realocando na área da saúde.

Poderíamos, aí, deputada Elza, abrir um conflito que não interessa à sociedade, prejudicando muitas vezes o movimento sindical e a autonomia das nossas universidades, que eu tanto defendo. Então, deputado Stica, até antes de retaliarmos a proposta orçamentária, acho que seria muito mais prudente devolver ao orçamento que aí está, para que o Executivo pudesse reordenar, realocar as despesas na área da saúde, preservando aquilo que já está estipulado na Emenda Constitucional nº 29.

Quero, por fim, dizer que esta bandeira dos deputados André Vargas, Luciano Ducci e alguns outros, como o deputado Tadeu, nesta Casa, tenham o apoio do deputado Paulo Bernardo, grande defensor, que aliás esteve junto no Ministério Público, e eu tenho que aqui fazer minha homenagem pública, apesar de ser do PFL, ao presidente do seu partido, Luís Inácio Lula da Silva, que tanto tem surpreendido positivamente a sociedade brasileira. Mandou, também, uma proposta orçamentária para o Congresso Nacional, que quase que nos mesmos moldes que fez o Estado do Paraná, no que se referiu à saúde. Mas, teve o presidente da República a sensibilidade de emendar sua própria proposta, de reconsiderar sua decisão anterior. E eu tenho certeza: se este não fosse o entendimento do presidente Lula, se não fosse o entendimento dos nossos constituintes, dos nossos congressistas, nós não estaríamos no Brasil avançando em questões fundamentais, como é a questão da saúde, da ciência e tecnologia, como é a questão da educação.

Então, temos que transformar a legislação que pode e corre o risco de ficar apenas como letra morta, em uma lei eficaz. E, para tornarmos a Emenda Constitucional nº 29 numa lei eficaz, no Paraná, o Executivo tem que emendar sua proposta orçamentária dos 12%, senão, faremos nós, na Comissão de Orçamento, e aí, cometeremos, talvez, o risco de mutilarmos algumas dotações orçamentárias importantes, em detrimento da falta de sensibilidade do Poder Executivo!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Não poderia deixar de falar sobre a saúde. Estamos torcendo que os recursos da saúde possam aumentar.

Fizemos em Ponta Grossa uma grande festa e inauguramos as chamadas UTI's. E até as UTI's não funcionaram. Temos dez leitos de UTI parados, uma população de aproximadamente 800 mil pessoas nos Campos Gerais. É uma vergonha o que estamos vivendo hoje ainda na saúde, apesar da boa vontade de alguns segmentos do governo.

Queria me lembrar daquela famosa frase da campanha política. Lembram daquele texto criado pelo Duda Mendonça, famoso homem das comunicações e que dizia: "Dona Maria entrava na farmácia olhava os remédios e voltava e morria por falta de remédios. Do outro lado entrava Dona Terezinha e conseguia comprar todos os remédios e estava viva até hoje."

Um não se passou. Pena que a Oposição, os chamados opositores do governo Lula não se lembrem de buscar lá no passado aquela história publicitária feita, para mostrar ao povo que continuamos do mesmo jeito. A Dona Terezinha continua comprando os remédios que pode. E a outra senhora já está enterrada há dias, no cemitério, por falta de recursos da saúde.

A questão da saúde precisa começar também em Brasília. Precisa melhorar em Brasília, mas precisa melhorar aqui no Estado do Paraná também.

Por exemplo o Siate, que é um sistema maravilhoso de atendimento e que atendeu milhares de pessoas já no Estado do Paraná, vemos hoje sucateado. Em Ponta Grossa tínhamos meia dúzia de ambulâncias, hoje temos apenas três, sendo que um dia funciona uma, outro dia funciona outra. Nunca funcionam as três. Outro dia machucou-se um jovem num bairro de Ponta Grossa e teve que esperar, porque não tinha viatura. Siate é um projeto que não pode para, como está parando hoje.

A Santa Casa não tem dinheiro para pagar o 13º para os funcionários. Ameaçam entregar a Santa Casa para a Prefeitura de Ponta Grossa, porque não sabem mais o que fazer. Não têm recursos. Os municípios despejam os seus pacientes em Ponta Grossa. E alguns prefeitos criaram o melhor projeto de saúde do País: compraram ônibus e escreveram "Linha da Saúde"; enchem de doentes e descarregam em Ponta Grossa, no Pronto Socorro Municipal.

A prefeitura se obriga a botar o que tem e o que não tem para poder atender às pessoas, porque é um hospital conveniado pelo SUS.

O que estamos vendo hoje é que realmente é preciso aplicar os 12% na saúde. Quero cumprimentar os deputados André Vargas, Luciano Ducci, todos os que estão imbuídos, acima de Partidos, situação política, nesta Casa, em cuidar, principalmente do interior, daquele povo sofrido.

Os hospitais aqui da Capital estão com grandes dívidas e não conseguem pagar. Recentemente, ouvimos

o Hospital de Câncer aqui de Curitiba que sabemos que atende pessoas, salva vidas e ouvimos o pessoal reclamando que não tem mais como pagar as contas. Então, é preciso fazer alguma coisa pela saúde e nós, como defensores das pessoas mais humildes, queremos que esta Casa e que todos os deputados tenham a devida consciência de que a saúde é uma questão social.

O governador Requião sempre disse na sua campanha: "A nossa campanha é preferencialmente pelos mais humildes." Os mais humildes é que precisam de saúde! São os que precisam do SUS! São os que precisam do atendimento no dia-a-dia! São os hospitais públicos, os hospitais filantrópicos que precisam dessa ajuda constantemente. Por isso, senhores deputados membros das comissões, o pessoal que veio debater a saúde, acho que o começo é a discussão, mas acho que também o orçamento da saúde não pode receber miséria, deve receber o que é de fato de direito, o que diz a lei!

Ao manifestarmos nossa opinião hoje, queremos, acima de tudo, que se respeite a lei, que se respeite a Constituição, que se respeite principalmente o povo, e que o dinheiro da saúde fique na saúde, que o dinheiro da saúde seja exatamente para saúde, porque um governo que é preferencialmente pelos mais humildes é aquele que respeita a saúde.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, senhor presidente.

Uma saudação especial aos nossos visitantes, militantes e funcionários do movimento de saúde, secretários de Estado, secretários municipais que nos visitam, membros do Conselho Estadual de Saúde.

É uma grata e imensa satisfação recebê-los aqui em nossa Casa, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós temos acompanhado com a mesma preocupação de todos vocês a polêmica existente a respeito do cumprimento da Emenda Constitucional. Quero de pronto dizer que o governador Roberto Requião, a secretária do Planejamento, Eleonora Fruet; o secretário das Finanças e da Fazenda, Eron Arzua; e mais o secretário da Saúde, Cláudio Xavier, estão reunidos nesses dias todos, mesmo depois de a Lei Orçamentária ter sido enviada à Assembléia Legislativa, se debruçando do ponto de vista do que podemos ampliar em verbas para saúde no Estado do Paraná.

Para o Governo do Estado saúde é vida! Sabemos disso, e o governador Roberto Requião se elegeu com um compromisso perante o povo do Estado do Paraná! Vocês sabem e principalmente o Conselho sabe - porque acompanha e controla a aplicação dos recursos na saúde - de que nesses últimos oito anos o nosso Estado não cumpriu

as suas obrigações em relação a esse setor da vida que é muito importante para todos nós. O deputado André Vargas corretamente citou o número, não é exatamente esse, mas é próximo disso, próximo de setecentos milhões de reais, que deixaram de ser investidos nesses últimos oito anos.

Só no ano de 2001 o Governo do Estado, no orçamento, tinha colocado trezentos e trinta milhões de dinheiro da saúde e executou exatamente cento e noventa milhões. Então, deixou praticamente cento e vinte milhões de ser aplicado em 2001. No ano de 2003, para este ano, está previsto duzentos e cinquenta e três milhões do orçamento passado, um orçamento menor do que 2002 e foi feito pela gestão passada. O governo atual já executou 243 milhões no mês de outubro, fechando o balancete. Vamos terminar o ano orçamentariamente executando a previsão; devemos ultrapassar.

Para o ano que vem, nas verbas da Secretaria da Saúde, estamos apostando 450 milhões de reais de dinheiro vivo, de dinheiro novo na área da saúde para podermos atender um pouco, para melhorar o atendimento no Paraná; sabemos que não é o suficiente, mas só de dinheiro vivo tem um acréscimo de 150 milhões em relação deste ano para com o ano que vem. Acho que é um ganho para o setor. Mas isso não basta. Acho que não é apenas esse o objetivo do governo do Estado, que tem que cumprir o que a Constituição prevê de aplicação dos 12% de investimento na área da saúde.

E o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, não vai descansar enquanto não cumprir o que a Constituição manda.

A Assembléia Legislativa pode votar; nós devemos referendar, nós vamos brigar no orçamento, vamos alocar no orçamento. O deputado André Vargas, o deputado Durval Amaral, o deputado Luciano, podem ficar tranquilos: o governo vai cumprir o que a Constituição determina na aplicação na área da saúde.

É preciso dizer que algumas coisas estão sendo feitas e não estão sendo noticiadas. A área da saúde foi encontrada no Estado do Paraná assim como as finanças do nosso Estado. Vocês acompanharam e acompanham o que aconteceu no governo nesses últimos anos.

O governo está construindo, só nesse último ano, um hospital infantil em Ponta Grossa. O deputado Jocelito Canto corretamente cobrou um apoio à Santa Casa; todas as Santas Casas precisam de apoio do governo do Estado, pois são instituições filantrópicas que prestam serviço muito relevante, sobretudo em diversas cidades do interior. Mas, lá, o governo já colocou no orçamento a construção e remodelamento de um hospital infantil e a construção de um hospital regional na cidade de Ponta Grossa.

Na cidade de Paranaguá foi anunciado na semana passada um hospital regional com 100 leitos para atender de média e pequena complexidade; na cidade de Paranaíba, para atender aquela região foi alocado perto de 5 milhões de reais para a construção de um hospital regio-

nal que possa atender a região, haja vista a grande necessidade e a demanda existente na área de saúde para assistência também em média e pequena complexidade.

Em Francisco Beltrão, região Sudoeste do Estado, também completamente desassistida do ponto de vista público, porque lá não há um hospital público e as Santas Casas lá são muito delibitadas. Também no ano que vem está a previsão da construção de mais de um hospital.

Então, tenho a impressão de que, ao término desta discussão, quando chegarmos lá pelo dia 15 deste mês vamos poder estar visualizando para o ano que vem um investimento na área da saúde como não aconteceu nos últimos 15 anos no Estado do Paraná.

Quem vai ganhar com isso é a população que precisa de um serviço melhor prestado por parte do Estado e somos nós que militamos e desejamos que o Estado cumpra a sua função, que é garantir a qualidade de vida, sobretudo na área da saúde, porque saúde é vida para a população do nosso Estado.

Trago aqui de público, o compromisso do governo do Estado, que é de cumprir a Emenda Constitucional nº 29. Nós pretendemos fazer os investimentos ao longo desses próximos anos, de acordo com o que prevê a nossa Constituição.

Muito obrigado. Eram essas as palavras que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo inscrito, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ilustres convidados.

No momento em que nós estamos discutindo orçamento para o próximo ano, do Estado do Paraná, é de suma importância que a sociedade civil e organizada participe do debate e saiba como serão aplicados os recursos públicos nas diversas áreas, mais precisamente em uma área que eu considero a mais importante, que é a da saúde e isso, não por ser profissional da saúde, mas por entender que quem não tem saúde não precisa de mais nada, porque o essencial é a saúde. E, como membro, também, da Comissão de Orçamento, após muitas discussões que já tivemos e que estamos mantendo, acreditamos, presidente, que devemos chegar a bom termo, devemos chegar a um ponto em que os recursos alocados para a saúde sejam específicos para a saúde. E quero dizer a todos que eu já era da Comissão de Orçamento no Governo anterior e, em todos os anos, fui um defensor de que os recursos que seriam aplicados na saúde, deveriam ser especificamente na saúde.

É claro que nós entendemos que o saneamento básico contribui, e muito, para a melhoria da qualidade da saúde da nossa população, mas nem por isso podemos admitir que recursos que sejam aplicados, recursos frutos de financiamentos que serão repassados a uma Companhia de Saneamento, que têm sócios privados ou mesmo

que não tivesse, porque a filosofia da Sanepar é de apresentar lucros e, por conseguinte, esses recursos retornarão para a Sanepar e, por conseguinte, para o acionista majoritário, que é o Estado, através dos lucros que a Companhia venha a obter quando faz a cobrança da taxa do esgotamento sanitário e com isso esses recursos, na verdade, não foram alocados a fundo perdido; tem que haver uma diferenciação muito grande de recursos que são fruto de empréstimo e de recursos que são fonte do Tesouro, que são da fonte 00, que são recursos específicos da arrecadação do Estado que são alocados na área do saneamento básico.

Pois bem! Quero dizer aos senhores que a saúde, cada vez mais, precisa de recursos, senhor presidente! Temos um problema gravíssimo no nosso Estado e não é só aqui, mas em todo Brasil nós vivemos um grande drama na questão da saúde, que é o quê?

Os recursos do SUS são insuficientes para uma grande maioria de municípios e uma grande maioria de hospitais. Estamos assistindo, em todo o Paraná, as pequenas cidades estarem ficando sem hospitais, que estão fechando, porque não têm recursos, ou seja, os recursos que são pagos não cobrem as despesas desses hospitais. E o que está acontecendo em seguida?

Estamos vendo que os hospitais das cidades médias estão sobrecarregados, porque está vindo a população dos municípios menores para os de porte médio e está estrangulando os hospitais dos municípios de porte médio em nosso Estado, senhor presidente. Diversos hospitais, como hospitais de porte com 300, 350 e até 400 leitos já estão ameaçando e fazendo comunicados ao secretário da Saúde, que irão pedir o descredenciamento do SUS, porque os recursos que recebem pelos serviços prestados não são suficientes. Na minha cidade mesmo, em Guarapuava, um deles já pediu, que é o hospital São Judas Tadeu, e temos notícia de que outro hospital de excelente qualidade, considerado grande, de 400 leitos e com 300 ou 280 leitos credenciados pelo SUS, que é o hospital Nossa Senhora de Belém, da família do ilustre deputado Artagão Júnior, tem essa dificuldade, porque o SUS para um valor insuficiente, que não cobre as despesas desse hospital. E a grande verdade é que os hospitais são privados e a iniciativa privada não pode fazer o trabalho que deve ser feito pelo poder público.

Por isso é que precisamos de recursos para serem alocados na área da saúde! Muito bem, o Estado pode, sim, junto com os recursos do SUS, que é de verba oriunda da fonte 00 do Tesouro Nacional, que são recursos arrecadados de fontes dos impostos, o Estado também pode alocar mais recursos para que possamos ter, no fundo de saúde, um recurso maior para que possamos remunerar melhor os hospitais, porque, escutem os senhores, prestem atenção, dentro de pouco tempo teremos uma crise que já se iniciou em todo o Estado no setor hospitalar. Vamos ter cada vez mais ambulâncias trazendo doentes do interior, para serem tratados nos hospitais de Curitiba. Vamos ter o estrangulamento dos

hospitais, em Curitiba, como temos hoje um grande número de doentes, que vêm através de ambulâncias, aqui, também para Londrina e no Hospital Universitário em Maringá. Não podemos deixar que isso aconteça. Está se desmontando a rede hospitalar do Paraná - é a verdade. Precisamos olhar com atenção. Não é nenhuma questão política, embora eu seja da Oposição.

Tenho procurado ser coerente nas minhas posições. Essa é uma posição que tenho como profissional de saúde e como conhecedor do problema da área de saúde.

Quero trazer, aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, algo que está acontecendo agora em nosso Estado - talvez o Executivo não tenha conhecimento - e eu faço como um alerta: um grande programa que foi implantado em todo o Paraná, que era o Programa Estadual de Controle do Câncer Ginecológico. Isso foi feito, senhor presidente, através de recursos do governo do Estado, que treinou profissionais e implantou em todos os municípios do Paraná esse serviço, porque muitos municípios não faziam o preventivo de câncer, outros não faziam porque não tinham condições ou porque não tinha pessoal especializado e recursos. O Estado treinou esse pessoal e começou a repassar equipamentos, material de consumo, pagando os serviços prestados, para fazer o preventivo de câncer, que todos sabemos que é fundamental. Se nós não fizermos a prevenção das doenças e, principalmente do câncer, vamos ter o aumento do índice de mortalidade de mulheres com câncer.

Vejam, há mais de três meses os municípios estão com dificuldade de receber esses recursos e, por conseguinte, as pacientes que procuram posto de saúde para fazer o exame de câncer ginecológico, para fazer a coleta do exame Papanicolau, não conseguem, simplesmente porque os municípios não têm esses recursos e não têm como arcar com eles, porque o Estado, desde o início do ano, não está mais repassando esse recurso.

Por isso mesmo, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu queria deixar aqui o meu apoio, hipotecar solidariedade a toda classe de saúde e a todo o povo do Paraná, porque saúde é um assunto que interessa a todos nós.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Queremos agradecer as presenças dos Srs. Gerson Zafalon, Marcelo Marques, da Sra. Simone Peruzo, do Dr. Donisete G. Bernardino, da Sra. Joelma Aparecida de Souza Carvalho, dos deputados federais Irineu Colombo e Paulo Bernardo. Agradecer a presença de todas as entidades, dos conselheiros e das conselheiras aqui presentes, neste dia de mobilização.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para citar que o deputado Padre Paulo está mediando um conflito agrário na

região Noroeste do Estado. Subscrive também a emenda que restitui os valores de saneamento da Suderhsa para o orçamento da saúde, e não pôde estar presente. Portanto, pediu-me que esclarecêsemos.

Apenas para fazer o devido registro, para que o companheiro esteja no rol daqueles que estão de fato nessa militância.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrado.

Horário das Lideranças: PL; PSL.

(Declinam)

PPS. Concedo a palavra ao deputado Marcos Valente Isfer, por cinco minutos.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de registrar que ontem o PPS realizou o seu congresso estadual com a presença do companheiro Roberto Freire, quando reelegeu a sua nova executiva à frente do partido, o nosso companheiro Rubens Bueno, que deverá comandar o partido para as próximas eleições de 2004. O PPS que teve um crescimento bastante sensível e já se encontra instalado em 353 municípios paranaenses, devendo ter candidatura própria em mais de 240.

E também registra o PPS, com muita alegria, a vinda para esta Casa, do chefe da 4ª Regional de Saúde de Irati, hoje, deputado Felipe Lucas, nosso companheiro que vem assumir aqui conosco, no lugar da nossa deputada Arlete Caramês, que se licenciou por motivos de saúde, e então o deputado Felipe Lucas estará aqui conosco trabalhando.

É importante porque é um companheiro que milita na saúde, que tem amplo conhecimento das atividades que são desenvolvidas pela Secretaria Estadual da Saúde e ele nos dizia, há pouco, dos recursos que têm sido enviados ao consórcio lá da região de Irati, a Santa Casa e outros hospitais da região, coisa que há muito tempo não se fazia e hoje passam a receber recursos diretamente da Secretaria Estadual da Saúde, o que tem melhorado, sem sombra de dúvida, o nível de saúde daquela região.

Mas eu queria, deputado Felipe Lucas, parabenizá-lo pela sua assunção, dizer que esta Casa se sente muito feliz com sua presença e eu tenho certeza, V. Exa. vai colaborar, em muito, com os trabalhos de todos os outros deputados que aqui têm assento, e eu sei que dentro do PPS V. Exa. já faz um bom trabalho, e também parabenizá-lo pelo trabalho, pelo congresso ontem realizado e quero dizer que pode contar com este deputado, com o deputado Waldir Leite e com o deputado Ratinho Júnior, que compõem a Bancada do PPS aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PSB; PTB; PP.

(Declinam)

PFL. Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero começar aqui fazendo uma saudação ao meu amigo Felipe Lucas, representante do município de Irati, que hoje assume a sua posição dentro da Assembléia Legislativa do Paraná.

Seja bem-vindo, deputado Felipe Lucas.

Uma preocupação muito grande me traz nesta tarde a esta tribuna, preocupação que envolve milhões de reais, uma transação de 132 milhões de reais está sendo feita pelo Incra, adquirindo a área para fazer um assentamento no município de Quedas do Iguaçu, da Fazenda Araupel.

E aqui um questionamento eu faço, porque o requerimento eu estou encaminhando ao chefe do Ministério Público Federal, ao superintendente do Incra aqui do Estado do Paraná e também à procuradora-chefe do Ministério Público Estadual, Dra. Maria Tereza Uilli, para poder buscar informações, nobre presidente, por que é que nós estamos vendo uma transação imobiliária aonde a União está comprando por 132 milhões de reais, 25 mil hectares, sendo que destes 25 mil hectares será usado, deputado Bradock, só 9 mil hectares para fazer o assentamento das famílias nesse novo assentamento que vai ser criado na Fazenda Araupel? Deixar claro aqui uma grande posição, uma grande iniciativa do governo federal de tentar resolver o problema agrário no Estado do Paraná, mas não posso aceitar que compra-se 25 mil hectares, paga 132 milhões de reais, para aproveitar, deputado Elio Rusch, só 9 mil hectares.

Então, este pedido de informações vai de frente perguntando: por que comprar 25 mil hectares para aproveitar só 9 mil hectares no assentamento? Perguntar também sobre as questões ambientais, desta área de 25 mil hectares, 9 mil é de floresta nativa e está dentro da área do assentamento. Também as questões da mesa técnica, que, na hora de se adquirir uma área dentro do Incra, tem a mesa técnica, que, na hora de se adquirir uma área dentro do Incra, tem a mesa técnica que faz o levantamento dos valores que estão sendo comprados, áreas, terras pelo Brasil afora e nosso Estado do Paraná também.

Então, perguntar o custo que terá o assentamento de cada uma dessas famílias nesse novo assentamento que está sendo feito, o preço pago pela propriedade e quanto custará cada família assentada naquela região.

E o que mais me assusta, o que mais me alerta, é a questão dos documentos da propriedade, senhores deputados, esta área da Araupel é uma área que está numa região de fronteira, uma faixa de fronteira, e nos anos de 1930 e 1931 dois decretos foram emitidos cancelando todos os títulos de propriedade que foram emitidos naquela região onde está a Fazenda Araupel.

Não estou aqui fazendo uma acusação, mas sim um pedido de informação, para saber se esta área da Araupel não é a área da qual os títulos foram cancelados. E se foi cancelado, senhores deputados, o governo federal está comprando terras do governo federal, porque a pro-

priedade é dele! 132 milhões de reais sendo pagos, sendo que a propriedade foi cancelada e o pedido de informação é sobre isso! Não estou acusando, estou pedindo informações a várias autoridades para dizerem se sim, se não. Se os títulos emitidos, lá no passado, são realmente de propriedade da Fazenda Araupel, ou se através dos decretos eles foram cancelados.

Espero obter esta resposta para poder elucidar e trazer à tona esta preocupação, uma série de posições chegaram para nós e nós queremos esclarecer, para ver se o governo federal não está gastando 130 milhões de reais numa área que é dele, e, se caso for dele, investir esses recursos em outras áreas do Estado do Paraná, para que mais famílias possam ser assentadas dentro desse programa de reforma agrária do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Plauto, V. Exa. tem as informações que eu tenho, deve ter sido algum funcionário com competência técnica, com visão.

Antes de tudo, é preciso dizer que tramita na Justiça um processo da Araupel contra o governo do Paraná, por lucro cessante. E o governo da época contratou um perito judicial que fez a avaliação desta área. Aí ele quantificou os equipamentos, os barracões, quanto tem de terra produtiva, enfim, próprio de um perito judicial.

Então eu, na condição de presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, vou propor aos membros da Comissão uma reunião a respeito desse assunto que V. Exa. traz à tribuna e encaminha ao Ministério Público. De pronto, posso dizer que V. Exa. está cheio de razão, não vale 130 milhões e não tem além de 3,6 hectares de terra para cada assentado, nessa região, que são em torno de 1.500 assentados.

Era essa a minha contribuição ao seu pronunciamento e dizer que, a princípio, V. Exa. está cheio de razão. Em segundo lugar, eu já pedi à nossa assessoria técnica, que vá à Justiça buscar esse laudo do perito, para que possamos discutir esta questão com mais clareza.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Só para concluir, deputado Neivo, aqui nós temos os valores, então esta área de 25.000 hectares, para os senhores terem uma idéia, são 9.000 hectares de floresta nativa, são 7.000 hectares de reflorestamento, quer dizer, madeiras para serem industrializadas e 9.000 hectares da área agrícola, sendo que esses 9.000 hectares, se fizer a conta, a área de reserva vai ficar como reserva, a área de reflorestamento era a área que o governo federal não tinha necessidade de comprar, porque, com certeza esta área vai ser utilizada pela indústria Araupel que está próxima ao reflorestamento. Se fizer a conta: vai ser usado 9.000 hectares para um valor de 132 milhões de reais está a União pagando, para cada hectare, 14 mil reais. Quer dizer, um valor significativo, muito alto e com esse

dinheiro, eu tenho certeza que o Incra pode adquirir muito mais terras que esses 9.000 hectares e resolver o problema de um número muito maior de famílias que aguardam a terra dentro do programa de reforma agrária do Estado do Paraná.

O pedido de informações está feito. Espero obter a resposta o mais rápido possível para que possamos, desta forma, trazer para a opinião pública do Paraná, exatamente o que está acontecendo com essa desapropriação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Horário do PT com a palavra o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente e senhores deputados.

Como o tempo era exíguo, no sentido de fazer o debate sobre as questões que o deputado Plauto coloca, até porque reconhecemos que cada parlamentar aqui tem legitimidade para fazer os pedidos de informações, até porque a função desta Casa é fiscalizar o uso do dinheiro público e sua aplicabilidade da melhor forma, a bem da população. Apenas para esclarecer alguns aspectos e para sugerir também uma forma de realizarmos esse debate com toda racionalidade, sem necessariamente criarmos uma pauta negativa para a questão da reforma agrária, para, no outro dia, termos que fazer todo esclarecimento.

Inclusive na Comissão de Fiscalização, que também participo, junto com o deputado Neivo, poderemos, além dos documentos, chamarmos o diretor regional do Incra para que possa dar a sua opinião. Apenas para uma reflexão: toda a área de reflorestamento está incluída, inclusive com árvores que podem ser utilizadas no processo, como bem toda ela está incluída nesse processo de avaliação.

Todo o reflorestamento, falava agora com o deputado Bradock, não é só a terra nua, mais de 25 mil hectares. É isso, deputado Plauto? Dá mais ou menos 5 mil e 400, 5 mil e 500 reais o hectare, é isso? E todo o processo tem que ser questionado. Não devemos lançar suspeita sobre aquilo que, no meu entendimento, foi um em relação ao entendimento, à demanda de reforma agrária no Paraná numa parceria, nesse episódio entre o Governo Federal e o Governo Estadual. É preciso dizer claramente para que possamos avançar, pois no discurso a grande maioria dos deputados defende a Reforma Agrária.

É preciso que tenhamos toda a responsabilidade de socializar as informações.

O Sr. Augustinho Zucchi

Apenas para colaborar com o seu pronunciamento, para dizer o seguinte: no Estatuto da Terra já era previsto que no caso de compra ou indenização, para fazer a avaliação de qualquer imóvel, tem que se fazer de benfeitorias e as cessões de boa fé. A palavra etimologicamente é

essa, cessão de boa fé, razão pela qual tudo que houver na propriedade, de uma árvore até aplicação de calcário, ou qualquer outra coisa que possa estar inclusive sendo feito a nível de conservação de solo ou mesmo recursos naturais, são considerados para efeito de avaliação. Realmente, é uma coisa que tem que se levar em consideração. Área de preservação permanente é toda área íngreme que ultrapasse a 45% na sua declividade e também às áreas que sejam próximas de nascedouros de nascentes da água, enfim, de córregos, de rios, etc. É uma coisa ampla, que para ser feita uma avaliação, tem que conhecer a questão da área.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Acredito que a melhor forma é essa, ponderada e racional, de buscarmos as informações para termos todos os laudos de avaliação, e depois, eventualmente, tendo alguma irregularidade...

Vale dizer que o presidente do País, o Lula, apenas não veio ao Estado do Paraná ainda, exatamente por todo esse procedimento documental estar sendo levado ao limite, no sentido de cuidar de todos esses procedimentos legais. Não passa pela cabeça de ninguém começar esse processo de reforma agrária do Paraná, com um processo sem nenhuma clareza e transparência.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Só para lhe responder, com relação ao valor.

Se pegarmos 132 milhões e dividirmos por 25 mil hectares, dá 5 mil e 200 reais o hectare. Agora, se utilizarmos os 132 milhões e dividirmos por 9 mil hectares que serão utilizados para o assentamento, dá 14 mil e 600 reais o hectare. E deixar claro que toda área tem que ter 20% da área de reserva legal. Então, são 9 mil hectares vezes 20%, dá 1.800 hectares de floresta, que é necessário para estar dentro da legislação ambiental. E está se comprando 9 mil hectares de floresta e mais 7 mil de reflorestamento e 9 mil para ser assentado! É uma discussão, as informações estão feitas. O que mais me preocupa é a questão documental desta área. Se esses Decretos de 1930 e 1931, cancelando os títulos de várias propriedades daquela região Oeste do Estado do Paraná, se realmente estiver dentro da área da Araupel, realmente daí a Araupel é propriedade do Governo Federal.

É isso que nós queremos saber.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Faço uma proposta conclusiva em relação a isso: vamos fazer um levantamento no Paraná, desse decreto, em todas as propriedades. Certamente haverão outras propriedades com a mesma condição de propriedade. Lógico que o Governo Federal, se a Araupel está utilizando essa área e há tantos anos. E o questionamento surge agora na hora do assentamento. Só se essas informações chegaram a público agora, de posse de V. Exa.

Então me parece adequado que esse rasteamento haja de ser feito absolutamente de todas as propriedades do Paraná. Talvez aí sobre terra para fazermos Reforma - Agrária.

Vale dizer que a área de reflorestamento também está incluída e será atividade primordial, uma das atividades de geração de renda desse assentamento-modelo que está sendo tratado na questão ambiental, na questão do aproveitamento na área de reflorestamento. Talvez o deputado Rossoni possa ir lá dar as suas aulas.

O Sr. Valdir Rossoni

Se eu fosse proprietário dessa área, quero dizer para V. Exa. que não venderia por esse preço.

O Sr. Neivo Beraldin

Só uma informação, que busque na 2ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba, que um juiz designou um perito para que fizesse uma análise no processo, movido pela Araupel, por lucro cessante, contra o Governo do Paraná. Aí todos terão as informações necessárias.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Acho que a questão levantada pelo deputado Plauto, é uma falsa questão. O preço acertado, quem está ganhando com isso é o Estado, quem está ganhando com essa compra é a sociedade. Nós estamos fazendo uma compra de preservação ambiental, uma compra de uma área de reserva, e ainda destinando quase dez mil hectares para assentamento de Reforma Agrária. Se dividirmos isso pelo preço dos 132 milhões, nós vamos ter 24 mil reais o alqueire. E V. Exa. sabe que 24 mil reais o alqueire é o preço da região, é o preço médio a baixo na região.

Então raciocínio do deputado Plauto, é como se o Estado estivesse pagando a mais. Porque veja o que ele faz, ele divide os 09 mil para assentamento, pelos 132. Nos induz a erro. Mas entendo as razões do deputado Plauto, porque elas estão no seu pedido de informação, o qual eu li.

Então V. Exa. tem toda razão quando diz o seguinte - vamos adendar o pedido de informação do deputado Plauto. Vamos adendar. Convoque o presidente do Incra, convoque os diretores do BRDE, porque a negociação foi feita com TDA, com valor de face quase de 5% a 10%. Quem saiu ganhando com isso foi o Estado do Paraná. Convoque o BRDE e convoque o Iapar. Esclarecemos isso com a maior tranquilidade. Agora, o raciocínio do deputado Plauto nos leva a erro: a divisão não é por 9 mil, é por 25 mil, porque o Estado do Paraná se puder comprar e desapropriar para efeitos apenas de preservação do meio ambiente, já é uma razão de Estado. Quanto mais, de qualidade de vida de milhares de pessoas que precisam de um lugar para trabalhar e lavrar a terra, ganhando o seu sustento no interior do nosso Estado.

O governo não terá sorte com o PFL, o governo brasileiro de Luis Inácio Lula da Silva não terá sorte com

o PFL e nem o governo do Requião. Quando não faz a reforma agrária, quando não compra, é criticado pela tribuna, porque não compra e não faz nada. E pede que a polícia vá lá, desaloje e reprima os trabalhadores e as pessoas que não têm onde morar, onde se assentar. Quando o faz, também é criticado! Quer dizer, o governo do PFL não fecha a conta.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Não fecha a conta. Nós não vamos comprar a propriedade sua por este preço.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem)

Pela ordem, porque citaram meu nome. Olha, eles não entenderam.

Eu estou com este pedido de informações, querendo buscar a questão de informações ambientais, da área em especial, se esses documentos não foram cancelados por um decreto, que está sendo comprada, deputado, uma terra que já é de propriedade da União. Está-se pegando por alguma coisa que já é deles. Só 132 milhões de reais. E é isto o que queremos saber. O deputado Neivo Beraldin está a par de uma boa parcela disto.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra a deputada Elza Correia, por 5 minutos.

A SRA. ELZA CORREIA

Falaram dez, acho que vou falar mais de cinco também.

Gostaria de deixar consignado aos meus companheiros, presidência da Mesa, deputados e deputadas, que não poderíamos, absolutamente, deixar passar em branco, na Casa, que nós estamos comemorando o Dia Mundial da AIDS e este é um tema que temos obrigação política de fazermos reflexão.

Fizemos uma mesa redonda, no sábado, na Rádio Educativa, junto com a chefe do Setor de AIDS da Secretaria da Saúde, junto com algumas ONG's aqui de Curitiba e também porque fazemos parte, junto com alguns colegas, quatorze deputados, da Frente Parlamentar que foi instituída aqui nesta Casa, na Assembléia Legislativa, a Frente Parlamentar Paranaense HIV-AIDS, como também a nível federal foi instituída, com 56 deputados. Os números são assustadores do avanço desta epidemia que não escolhe família, classe condições econômicas. E hoje, no Paraná, já são 12052 casos de AIDS, sendo que 8.480 são homens e 4077 mulheres e 505 crianças, no Estado do Paraná. E deste número, 4723 pessoas já foram a óbito, em função da AIDS no nosso Estado.

No Brasil, os números são mais assustadores ainda. É preciso haver uma intervenção em rede a nível federal, a nível estadual, em todos os setores. E nós, deputados, temos a responsabilidade de estar discutindo em relação à questão de acompanharmos a epidemia e também a questão de orçamento para programa de saúde,

imobilizada a sociedade em torno da pesquisa de combate à AIDS.

No Brasil, os números são de 258 mil pessoas já portadoras, dentro do boletim epidemiológico da AIDS que recebemos, pessoas com vírus, já atingidas pela doença. Duzentos e cinquenta e oito mil pessoas, sendo que 8 mil são menores de 13 anos. Esse é um dado constrangedor, preocupante, que temos que estar alertas. Dessas 258 mil pessoas infectadas, 73 mil são mulheres, sendo que destas mulheres, 4.191 são meninas. E 185 mil homens, sendo que destes, 4530 são meninos, são crianças. Desde 93, esta epidemia tem crescido de forma assustadora dentro dos heterossexuais e aumentou a transmissão de mãe para filhos, e a faixa etária tem caído, agora dos 13 aos 19 anos. E o contágio maior tem sido entre as meninas e entre as mulheres.

Esta é uma questão para a qual temos que estar atentos, para podermos interferir, dentro da nossa esfera de poder aqui no Parlamento. Então, a questão da feminização das mulheres diante desta doença é uma coisa que nos leva a uma reflexão. Existe toda uma dificuldade das mulheres. E a AIDS tem entrado nas famílias de mulheres de parceiros únicos. Mulheres casadas há 10, 15, 20 anos que, de repente, se vêem contaminadas com o vírus HIV. E tem toda uma dificuldade cultural, da negociação do sexo seguro. Partem-se do princípio da fidelidade, mas fica uma discussão pendente que temos que alguma forma, abordar, porque durante muitos anos as campanhas eram direcionadas aos homossexuais e às trabalhadoras do sexo, sendo que: na verdade, essa infelicidade pode acontecer com qualquer um de nós.

É preciso deixar claro também que a questão da especificidade das políticas públicas precisam prestar atenção ao elaborar políticas públicas à questão das mulheres negras. O HIV tem trazido riscos adicionais às mulheres de descendência afro-asiáticas, em especial às mulheres das camadas pobres da sociedade.

No último censo do IBGE, 45% das mulheres brasileiras são negras, pretas e pardas. Em termos de renda, essas mulheres ocupam a base da pirâmide sócio-econômica. E nas camadas mais pobres é que está entrando assustadoramente a questão do risco do HIV e da AIDS.

Os números são preocupantes. Embora tenhamos percebido que há um decréscimo na questão da contaminação pela transfusão de sangue, mas é preciso deixar claro aqui que compete a nós, deputados e deputadas um trabalho e uma preocupação na direção de estarmos atentos aos orçamentos, às políticas públicas, às ações do governo municipal estadual e federal, em relação a essa pandemia que assola o Planeta.

Quanto ficamos estarecidos ao ver a população da África sendo disseminada pela AIDS, ficamos envergonhados de ver crianças, homens e mulheres sendo atingidos de forma assustadora em relação a essa doença. O quadro é grotesco, a imagem é insuportável, dolorosa. Mas aqui no Brasil os números também apontam para essa direção.

Se ficamos tão estarecidos com os povos africanos, temos também que ficar estarecidos com essas 258 mil pessoas que já vivem no Brasil com o vírus HIV e muitas delas já com AIDS.

Tem ainda o problema do preconceito, da discriminação. Nesse debate, muitos ouvintes nos ligaram dizendo que o pessoal que tem AIDS deveria dizer publicamente que são portadores, porque daí já evitaríamos contato com essas pessoas, mostrando ignorância em relação à questão. Todo mundo pode dizer que é renal crônico ou que tem diabetes e não nos causa esse impacto. Agora, se o portador do vírus ou uma pessoa doente de AIDS se colocar publicamente, ela estará fadada ao apartheid da sociedade. Bom seria que já vivêssemos numa sociedade devidamente esclarecida em relação a esta questão.

Além de todo sofrimento, toda a problemática que traz essa doença, ainda esses homens, mulheres e crianças têm que enfrentar a pior doença da sociedade que é o preconceito. Compete a nós discussões, debates, propostas, leis que possam estar minimizando este terrível problema que enfrentamos no Brasil e no Planeta.

Em função das dimensões continentais do país, das disparidades de regiões, das rendas e da falta de capacitação, que ainda é grande, da questão de gênero, principalmente, dos trabalhadores de saúde. As mulheres tem sofrido, além da doença e do preconceito, o despreparo diante da especificidade, Dr. Luciano Duci, que é o necessário ter quando se trata de uma mulher portadora do vírus ou já com a doença instalada.

Era esse o lembrete que eu gostaria de fazer para que esta Casa não deixasse passar batido este dia tão importante em que o mundo inteiro e o Brasil está discutindo, refletindo e buscando ações concretas para minimizar essa pandemia que toma conta de nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado à Liderança do Governo.

(Declina)

Horário destinado à Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje para lembrar um fato que aconteceu no último dia 20 e me permito até fazer a leitura de certos trechos:

A ex-secretária da Criança e assuntos da Família do Paraná, Fani Lerner, é a vencedora do Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança oferecido pela Organização Americana World of Children, em parceria com a instituição Hannah Neil. A premiação é a mais importante do mundo na área de ação social voltada à criança. Esta é a primeira vez que um latino-americano vence o Kellogg's Award. A cerimônia de premiação ocorreu no último dia 20 de novembro em Columbus,

Ohio, cidade onde se localiza a sede da World of Children.

Fani, Lerner, Cláudia Gonzales Moreno, da Bolívia e Jetsu Pema, da Índia, foram escolhidas como homenageadas do ano e concorriam ao prêmio final, considerado o “Nobel para os defensores das crianças”. O anúncio do vencedor foi feito durante encontro dos finalistas com 80 crianças da Escola Internacional da ONU, na sede da Unicef, em Nova York. Fani foi selecionada entre 140 candidatos de vários países dos cinco continentes.

“Este prêmio é um reconhecimento a um trabalho muito sério feito no Paraná na área social, com resultados significativos, principalmente no atendimento a crianças carentes”, disse Fani Lerner. “O prêmio é importante não apenas para o Paraná, mas para o Brasil, que passa por um momento de sensibilização em relação à necessidade de ações sociais para o desenvolvimento e o bem-estar de sua população”.

O fundador da World of Children, Harry Leibowitz, disse que com a premiação a organização espera inspirar mais pessoas a reconhecer que o importante é fazer o mundo mais seguro, mais saudável e mais cuidadoso com as crianças. “Promovendo o reconhecimento às pessoas que fazem a diferença, nós buscamos elevar as vozes das crianças ao redor do mundo”, afirmou Leibowitz.

Carlos Gutierrez, presidente de Kellogg’s Company, disse que “Fani Lerner serve de inspiração para nós, de que podemos fazer mais para reduzir a pobreza e oferecer oportunidades para as crianças mais vulneráveis”.

Fani Lerner como primeira-dama de Curitiba, criou a ONG Provopar Municipal, uma rede com 400 voluntários que revolucionou o trabalho social o Paraná e virou exemplo para o restante do País.

Em 1989, ela assumiu a pasta da Secretaria da Criança de Curitiba, cargo que ocupou por seis anos. Fani exerceu também o mesmo cargo no Estado do Paraná, por oito anos, de 1995 a 2002. Durante estas gestões, ela criou 40 programas para atendimento a criança e adolescentes carentes.

Entre os programas criados estão: Programa Piá; SOS-Criança; Casa do Piá; Casa das Flores, Creche e Vale-Creche; da Rua para a Escola (este programa ganhou da Unicef o prêmio Criança e Paz); Formando Cidadão; Linha e Estação do Ofício e Estações de Produção; e a Supersopa, que distribuiu mensalmente em creches, escolas e entidades assistenciais, 400 mil refeições preparadas com legumes e verduras excedentes do Ceasa.

Além disso, atuando em parceria com a Secretaria da Saúde, os programas contribuíram para uma significativa redução da mortalidade infantil no Estado do Paraná.

Para que o senhor presidente e os senhores deputados tenham uma idéia, em 1994 deputado Plauto, o coeficiente era de 25,58 mortes por mil nascidos vivos no

Paraná. Em 2002, a taxa caiu para 15,81, uma redução de 38% na mortalidade infantil.

A “World of Children” é uma organização que foi criada com a missão de inspirações em benefício das crianças, além de gerar reconhecimento às pessoas que se dedicam a melhorar o mundo para as crianças.

Seu fundador, Harry Leibowitz, acredita que, assim como havia o prêmio Nobel, deveria haver um prêmio para as pessoas que trabalharam em ações sociais voltadas às crianças.

Senhor presidente, senhores deputados, o que o Paraná viveu no governo passado, nos últimos anos, nos programas criados os mais diversos, e nós podemos destacar sem sombra de dúvidas, o grande programa “Da Rua para a Escola” que foi reconhecido internacionalmente e que serviu para que a nossa ex-primeira dama do Estado do Paraná fosse homenageada por organismos internacionais e reconhecido mundialmente, hoje no atual governo, deputado Bradock, infelizmente foi extinto.

A Secretaria da Criança e Assuntos da Família, na época do governo passado funcionava através da “Supersopa”, da “Vale-Creche” a tantos outros programas mais e que gradativamente o atual governo está demonstrando. Não só os programas que visavam o incremento e desenvolvimento do socioeconômico do nosso Estado, mas o atual governo está desmanchando os programas sociais como é o caso do programa “Supersopa” e “da Rua para a Escola”.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, o meu tempo já expirou, até agradeço ao presidente Stica, mas fica mais uma vez, deputado Valdir Rossoni e deputado Durval Amaral, o senhor hoje como líder da Oposição ex-líder do Governo e o deputado Valdir Rossoni também, só existe uma coisa que confirma a veracidade de cada cidadão: O tempo. O tempo é o senhor da verdade e o tempo se encarregou, mais uma vez, por mais que o atual governo do Estado do Paraná queria desfazer aquilo que foi feito em favor da área social no nosso Estado, os organismos internacionais reconhecem através dos programas do ex-governador, o grande avanço que o Paraná teve, principalmente na área social.

Por isso eu, como deputado e cidadão do Paraná, devo fazer essa homenagem à nossa ex-primeira dama D. Fani Lerner que é uma pessoa que tem revolucionado sem sombra de dúvida a questão social. Primeiro, na Prefeitura em Curitiba e depois no Estado do Paraná. E hoje, lamentavelmente, todos os 399 municípios ainda estão a esperar para ver porque este governo que aqui está veio.

Muito obrigado.

O. SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Comunicado da Mesa aos senhores deputados e senhoras deputadas:

Está encerrado o prazo para apresentação de Emendas à Proposição 053/2003. Solicitamos aos líderes do PMDB, do PT, do PSDB, do PDT e do PPS para indicarem um membro para compor a Comissão Especial de

Reforma da Constituição, de acordo com o artigo 193 do Regimento Interno da Casa. O prazo para indicação é até amanhã.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só gostaria que o senhor pudesse ler a súmula do que é que está encerrada a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Peço ao 1º secretário que faça a leitura da súmula.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Nishimori**)
(**Lê a súmula**)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 127/2003, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet em Universidade Tecnológica. À **Comissão de Educação Cultura e Esportes**.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos lotes de terras nºs 12 e 13, da quadra 54 da Planta Geral da Cidade de Engenheiro Beltrão, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para a construção de prédio destinado ao funcionamento da escola municipal. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna obrigatória a aneção das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Waldir Leite, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 380/2003

Fica alterado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 380/2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 dias.”

Sala das Sessões, em 01.12.2003.

(a) **WALDIR LEITE**

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ailton Araújo, Miltinho Pupio e Valdir Rossoni.

O Projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igreja e templos de qualquer culto. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. Em votação.**

A SRA. ELZA CORREIA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu não estava aqui na 1ª Discussão, que certamente foi a discussão da legalidade e constitucionalidade desse projeto do companheiro Edson Praczyk, mas ele participa sempre da reunião da CCJ, e na reunião eu já havia colocado que entendia, na minha concepção, que esse projeto era ilegal e inconstitucional. Passou a legalidade, passou a constitucionalidade, mas parece-me que apenas o deputado Durval Amaral, na ocasião, se manifestou.

Esse projeto proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, terceirizados ou privatizados, de água, luz, telefones, gás de igrejas e templos de qualquer crença, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das igrejas ou templos e sejam usados para prática religiosa.

Nós não estamos aqui discutindo a questão do mérito, porque as igrejas, todos os templos religiosos, na minha avaliação, têm tido um papel extremamente importante do ponto de vista das ações sociais, assistenciais e na questão do culto religioso. Entretanto, a Constituição Federal, em seu artigo 150, IV, alínea “b”, veda a instituição de impostos sobre templo e qualquer natureza.

Tudo bem! No entanto, no parágrafo 4º desse mesmo artigo estabelece que essa imunidade tributária compreende somente ao patrimônio a questão da cobrança de IPTU, a renda e os serviços relacionados com as atividades essenciais do templo, não estando abrangidas as finalidades meramente decorrentes das essenciais. Ou seja, isenta-se o IPTU do templo, mas as taxas que toda a população, sem exceção, paga, que é a taxa de água, energia elétrica, gás, telefone, coleta de lixo

e etc, as igrejas, qualquer templo devem pagar, se já são isentos do IPTU, que consta na lei. A isenção dessas demais taxas não está garantida na lei. Penso que aqui fere o princípio isonômico e também bate de frente com a população, especialmente a de baixa renda, que é obrigada a pagar esses tributos como todos nós.

Nesse sentido, com todo o respeito e carinho que tenho ao nosso querido Praczyk, brilhante companheiro, pessoa em quem tenho a maior consideração, infelizmente, vou votar contrariamente ao projeto, porque já havia manifestado essa minha posição na Comissão de Justiça, não voto, porque sou apenas suplente. Da mesma maneira me comportei em Londrina, quando eu era vereadora. Nesse sentido, acho que esse projeto fere a legalidade, a constitucionalidade e também a questão da isonomia.

Portanto, senhor presidente, não posso absolutamente me contrariar mais do que já tenho sido contrariada, aqui, nesta Casa, em alguns momentos, em relação a outros projetos.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDSON PRACZYK (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu, ao contrário da posição da deputada Elza, peço encaminhamento favorável a esse projeto.

Sem me delongar, quero dizer que por iniciativa semelhante à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, fez com que essa proposição se tornasse lei. A nossa intenção, senhor presidente, é que se provoque esse despertamento na pessoa do nosso governador e fique a cargo dele decidir se deve ou não transformar em lei a proposição. Peço que os nobres pares venham votar favoravelmente essa nossa proposição.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. AILTON ARAÚJO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nobres deputados, eu entendo que esse projeto de lei é constitucional, porque o artigo aqui mencionado, quando diz que o Estado não pode criar impostos, não tem nada a ver com esse projeto de lei, porque não existe nada na Constituição que diga que é proibido ao Estado conceder a isenção do ICMS ou contribuição de melhorias. Por exemplo, na Câmara Municipal de Curitiba foi aprovado projeto de lei que isenta as igrejas e templos de qualquer culto de pagarem as contribuições de melhoria e serem também obrigadas a pagar as taxas. Então, nada impede. Não há nenhuma vedação. Aquilo que não é proibido, em princípio é permitido. Por isso, acho que podemos votar, tranqüilamente, a favor.

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, para registrar que o projeto na última Sessão, na quarta-feira, na verdade está indiretamente tornando imunes as igrejas.

Imunidade tem caráter constitucional. Não podemos legislar sobre imunidade. Ela decorre da Constituição Federal. Tenho conversado com o autor da emenda, que passou na CCJ - acredito que esse projeto pode referendar essa interpretação equivocada, originalmente, na CCJ, ficando ao encargo do Executivo estadual o veto apostado nesse projeto e, posteriormente, o autor ou a Casa, se assim entender, derrube esse veto quanto ao vício que teve na CCJ desta Casa.

O SR. VANDERLEI IENSEN (Para Encaminhar)

Presidente, encaminhando favoravelmente esse projeto, até porque já passou pela CCJ, que teve tempo para analisar essa questão de constitucionalidade. Como bem disse o deputado Reni Pereira, se for o caso, quando for para o Executivo, se aprovado, ele ainda vai ter como analisar profundamente esse projeto e mandar para cá, se for o caso, o veto.

Proponho que seja aprovado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo**, com o voto contrário da deputada Elza Correia.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que obriga os escritórios-modelo de assistência judiciária dos cursos de direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal, segundo os critérios que determina e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEL DA CCJ, CECE E SP. Em votação.**

A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)

Na verdade, eu estava conversado com o meu colega Rafael Greca, acho que a sua preocupação é extremamente importante, considerando que nós temos uma deficiência a nível de Estado com relação à defensorias públicas.

Então, a população, especialmente a população de baixa renda, não tem tido o necessário respaldo em relação ao atendimento jurídico em todas as cidades do Estado do Paraná. Há uma lacuna aí que temos conversado aqui em Curitiba com o governador, também com o secretário Aldo Pazianello, para que encontremos uma forma de atender à população de baixa renda em relação ao atendimento jurídico.

Dentro desta preocupação, com certeza, o deputado Rafael coloca um projeto obrigando os escritórios-modelo de assistência judiciária nas Universidades a manterem um plantão criminal, segundo os critérios estabelecidos pelo projeto.

Então, companheiros, o projeto obriga as universidades a manter um plantão permanente, um plantão permanente, um plantão criminal. Na nossa avaliação, acho que o projeto é bom, votarei até, se for o caso, favoravelmente, mas há que se pensar que quando nós estabelece-

mos como as universidades devem fazer o funcionamento, estabelecendo escritórios-modelo em plantão permanente, plantão criminal, nós estamos, na minha avaliação, interferindo na autonomia da universidade, quando a obrigamos a disponibilizar esses serviços de acordo com o que o projeto propõe, mas nós todos sabemos das dificuldades estruturais das universidades. Eu não sei se nós poderemos fazer uma lei para dizer que a universidade tem que ter um plantão de serviços de atendimento criminal obrigatoriamente através de lei, sem conhecermos se elas têm ou não esta condição, esta estrutura. Aí é que eu imagino, conversando com o Greca, que nós estaríamos contrariando a Constituição Federal no artigo 207 e a Estadual, no 180 que asseguram, através desses artigos, autonomia didático-científica e administrativa e gestão financeira e patrimonial das universidades.

Então, o ideal seria que as universidades mantivessem plantão, mas nós fazemos uma lei para obrigar que elas tenham plantão criminal de atendimento nos escritórios-modelo, nós sabemos se a universidade vai ter esta estrutura ou não? Pelo que eu conheço da minha realidade de Londrina, não tem, não tem! Funciona com dificuldade, eu estou sempre lá, estive em contato com o Aldo Pazianello, que fomos pedir-lhe que nos ajudasse no sentido de colocar advogados no atendimento público na cidade de Londrina, que já que não tem Defensoria, e o que ficou estabelecido é que o Estado teria dinheiro para contratar três advogados apenas, um mil e oitocentos reais, para atendimento de Londrina.

Então, Greca, estou apenas discutindo com você. Acho que é um projeto importantíssimo, existe essa lacuna, essa dificuldade, nós estamos quebrando a cabeça para saber como resolver este problema, mas eu só tenho esta preocupação, de como é que nós vamos fazer, porque aqui pedir, obrigar as universidades a disponibilizar serviço, porque para ter o estagiário tem que ter coordenador, tem que ter professor à disposição, então apenas para a gente levantar aqui uma discussão.

Acho que não dá para votar esse projeto sem a gente discutir. Gostaria que o Greca me convencesse para depois eu poder declinar o meu voto.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

O artigo 5º, inciso 74 da Constituição Federal, diz: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos pobres, aos que comprovarem insuficiência de recursos." No entanto, só Curitiba, ao que me parece, tem Defensoria Pública, eu não sei se as grandes cidade têm. Os pobres têm que vir à Alameda Cabral buscar Defensoria Pública na Capital do Estado. Quando prefeito de Curitiba eu fiz Defensoria Pública para os Direitos Da Família nas Ruas da Cidadania. O atual prefeito fechou estes escritórios.

Eu não acho que estejamos invadindo a competência, nem do governador, nem das universidades, porque

esta Assembléia tem que pôr na cabeça que, sempre que há uma nova obrigação, há a redefinição de qualquer direito correlato à nova obrigação, senão o governador seria um déspota e poderíamos fechar a Assembléia, podíamos ir todos para Casa. Tenho vontade, às vezes, de propor que o Requião governe por medida provisória e a gente feche a Assembléia, quando eu leio os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça que tudo propõem que o governador é que tem a competência de legislar. Eu não estou invadindo a competência da universidade, porque lá já há a obrigação do estágio curricular para o curso de Direito.

Se os estudantes de Medicina podem fazer plantão médico, por que é que não aproveita os estudantes de Direito fazerem plantão judiciário? Quisera eu ter feito plantão "engenheiral" quando fui estudante de engenharia, só fui ver uma fossa séptica quando fui prefeito de Curitiba! Não me ensinaram na Universidade Federal do Paraná a engenharia necessária do saneamento! Não me ensinaram a mexer com esgoto sanitário! Eu fui aprender com o Dr. Nicolau Clippel como lidar com os esgotos sanitários! Acho que saneamento básico é dinheiro para a saúde porque quando eu fiz esgotos, meu ex-secretário, Luciano Ducci, diminuiu a incidência de doenças nos bairros de Curitiba e V. Exa. sabe disso! Diminuíram as endemias, diminuíram as crianças infectadas, diminuiu a miséria e a dor! Se eu tivesse aprendido a fazer esgoto sanitário na Universidade que só era teórica, eu teria sido antes, melhor engenheiro.

Não vejo porque a universidade tenha que ser uma torre de marfim, se a Universidade de Londrina, não sei se ainda custa isso, custa os R\$500.000,00, por dia, que custava no tempo que eu fui secretário de Estado, aproveitará muito e sim, que vão seus alunos e professores aonde sofre o povo, na porta da delegacia criar um escritório de assistência judiciária gratuita!

Estou propondo que se coloque o ensino a serviço dos alunos, o ensino público a serviço dos humildes e a universidade a serviço do povo brasileiro! Professores e alunos saindo de dentro do ovo e olhando o Brasil real, darão ao Brasil e aos brasileiros a verdadeira dimensão do futuro.

Era isso, e se me honrarem com seu voto, com muita humildade vou aceitá-lo; se rejeitarem o meu projeto, ficarei na boa intenção de ter tentado.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Parlamento quer dizer exatamente falar, discutir. E às vezes sinto que as coisas passam meio batidas. Tenho essa necessidade de discutir e não estou discutindo pela agilidade que temos que ter. E não existe outro fórum, não existe outro momento para esclarecer algumas questões. Tenho ficado meio silenciosa, demais até, para o meu gosto, e estou decidindo que vou deixar de ser. Acho que temos que discutir, aprofundar, tirar

dúvidas e não sair daqui com nó na garganta, como às vezes tenho saído.

Nessa questão específica do projeto do deputado Greca, entendo perfeitamente a intenção do companheiro. Entretanto, penso que a luta maior é lutar pela questão da Defensoria, como ele mesmo colocou, as Defensorias Públicas, que há uma resistência em instalar as Defensorias nos outros Estados e nas cidades. Já tem em Curitiba, mas não tem em nenhum outro lugar do Paraná. É importante que a Defensoria - penso que muitas leis que fazemos aqui desobedecem o sentido do que preconiza a feitura de uma lei, porque nesse caso específico, por exemplo, as Universidades têm a obrigação de trabalhar do ponto de vista da educação, da extensão e da pesquisa. Em relação à extensão, todos os cursos já fazem o estágio, não precisamos de lei para dizer isso. As Universidades já têm, nos seus procedimentos, na sua grade curricular, as extensões. E a UEL tem, na sua grade, várias extensões, inclusive na área de Direito, no escritório-modelo, que funciona com precariedade, com dificuldade, mas já está lá. A Medicina, o HU é uma escola para estágio também. Em outras áreas também, Odontologia, Pedagogia, já existe extensão. Não precisamos fazer lei para isso, para dizer que universidade tem que fazer extensão, tem que ter um plantão de Direito no escritório-modelo. Essa é uma compreensão e um entendimento que eu tenho.

Aqui não estamos falando de tirar as universidades da "torre de marfim" que o Greca tem um discurso muito bonito, um discurso muito bom, mas às vezes mistura um pouco o que a gente está dizendo. Não estou falando diferente dele, quando acho que universidade tem um papel social. Tem um papel importante do ponto de vista de fazer a interrelação com a sociedade. Agora, fazer uma lei para obrigar as universidades a manter plantão permanente, com as estruturas que as universidades têm suateadas, despreparadas, sem investimento, que estamos discutindo aqui dentro desta Casa. Então, é uma preocupação que estou levantando.

Se vira lei, todas as universidades vão ter que ter esse plantão criminal permanente. Agora, qual é a estrutura da universidade? Qual é o investimento que o Estado vai fazer para garantir isso? Então, é uma preocupação de não colocar os carros na frente dos bois. É só neste sentido que estou colocando, e acho que não precisa de lei para isso, para dizer que tem que ter extensão, porque isso já faz parte do próprio sentido do que preconiza o estabelecimento de universidade.

É neste sentido que conversei com você, deputado Greca. Acho até que se tivéssemos aprofundado essa discussão na CCJ, isso talvez não estivesse acontecendo aqui.

É nesse caminho que estou colocando, que acho preocupante fazer uma lei para obrigar as universidades a mais uma obrigação, a ter plantão permanente de estagiários para atender à população. A luta, na minha avaliação é diferente, é fazer com que as Defensorias Públicas

aconteçam, fazer de fato com que a população tenha atendimento jurídico, odontológico, médico e outros já preconizados na Constituição Brasileira. O mérito é importantíssimo, fundamental. Acho que poderia ser uma indicação, não um projeto de lei.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o projeto do item 4, de autoria do deputado Rafael Greca, nº 427, que obriga os escritórios-modelos de assistência judiciária dos cursos de Direito das universidades públicas estaduais a manterem plantão criminal, segundo os critérios que determina e dá outras providências.

Quanto ao mérito, não podemos questionar, até porque aquilo que o deputado Rafael Greca já afirmou, é o momento que tem o acadêmico de ter contato direto com a realidade, para que ele não fique apenas um acadêmico mal formado do ponto de vista da prática do exercício amplo da sua graduação.

Entretanto, o que a deputada Elza levanta, é com relação à autonomia da universidade. Entendo, ela acabou de citar, não preciso ler os itens que conferem o estatuto da autonomia. Neste tocante e tendo as dificuldades que estamos apresentando, um projeto é uma boa iniciativa. Entretanto, esbarrar num aspecto que entendo também possa haver dificuldades legais.

Eu solicitaria a compreensão do deputado, ou melhor, proporia a compreensão do deputado Rafael Greca e da deputada Elza, para que retirassem este projeto da Sessão de hoje, por cinco Sessões, e tivéssemos oportunidade de discutí-lo melhor, para compreender melhor esta questão. E aí, votaríamos, aqui. Todos nós poderíamos nos acercar de melhores informações e a Casa tomaria, o Plenário tomaria uma decisão mais tranquila com relação às duas posições que estão aqui determinadas.

O deputado Rafael Greca diz que em cinco Sessões termina o período. Duas ou três Sessões seriam suficientes. Três Sessões seria a minha proposta, para que pudéssemos analisá-lo.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço a retirada por duas Sessões. Vou emendá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação o requerimento do senhor deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 427/2003. **Aprovado.**

Com a palavra, o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados, eu queria apenas concordar com tudo o que disse a deputada Elza Correia. Acho que é o mesmo caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Acho que a boa vontade é muito grande, nesta tarde, deputado Greca, mas acho que a deputada Elza Correia tem toda razão. E registrar que esta tarde é a Sessão do “fogo amigo”, tipo a do Iraque; no início da Sessão, PT contra PT. E agora, PMDB contra PMDB. Hoje é o dia do “fogo amigo”.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Para esclarecimento, tendo em vista que eu iria fazer o encaminhamento do projeto que foi encaminhado pelo ilustre deputado Rafael Greca. É importante este esclarecimento, deputado Rossoni, até porque nós vamos ter apenas três Sessões, e como estamos em final de legislatura, vamos ter uma ou duas no mesmo dia, talvez não tenhamos tempo para nos reunir.

Por isso, é importante que fique claro que a intenção do deputado Rafael Greca é das melhores possíveis. Só que, por outro lado, todas as instituições de ensino superior que têm sua Faculdade de Direito, é uma exigência do Ministério da Educação: para haver o reconhecimento do curso, que haja o escritório-modelo atendendo à comunidade, prestando esse serviço. E o que é mais importante: aquelas instituições que têm interesse no aprimoramento do seu curso, na melhoria da qualidade do seu curso, oferece uma oportunidade maior aos seus alunos, quando disponibilizam seus escritórios-modelos 24 horas por dia. Qualquer instituição pode fazer isso.

Agora, quero aqui hipotecar solidariedade às palavras da ilustre deputada Elza Correia, porque não podemos simplesmente, através de uma lei, obrigar as instituições de ensino superior. Não conhecemos a situação de todas elas. O que é importante é que elas sintam a necessidade de oferecer aos seus alunos, condições de aprendizado. Então, já é uma exigência do Ministério da Educação, que as instituições tenham seu escritório-modelo atendendo à comunidade, principalmente, e é claro, aos carentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o requerimento do deputado Rafael Greca, retirando por duas Sessões. Em votação. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 427/2003.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Estado do Paraná e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação. Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCS. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 432/2003. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2003, de 18.03.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 124/2003 E 432/2003**

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei em tela, de autoria, respectivamente, dos deputados Hermas Brandão e Artagnão Júnior, declaram de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETOS DE LEI NºS 124/2003 e 432/2003**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede no município de Kaloré e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/2003, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Integradas de Pato Branco, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2003, de 22.04.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 225/2003**

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Elio Rusch, declara de Utilidade Pública a

Associação das Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do município de Guaraniaçu, com sede e foro no município de Guaraniaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2003, de 23.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do município de Guaraniaçu, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002. (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 384/2003

P A R E C E R

O Projeto de Lei nº 384/2003 de autoria do senhor deputado Nereu Moura, tem por designo alterar o anexo único da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002 (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar).

Segundo a sua justificativa, o presente projeto de lei garantirá à sociedade paranaense a cobrança de valo-

res adequados de taxas de análise de projetos e de perícia de incêndio, sem ferir os princípios tributários vigentes e sem comprometer as condições de atendimento no que tange à prevenção, ao combate a incêndios, ao salvamento, ao socorro público e às ações de defesa civil.

Devemos retratar, ainda, que o referido projeto de lei recebeu parecer desfavorável da Assessoria da Assembléia Legislativa do Paraná, a qual manifestou-se pela ilegalidade (vide artigo 11 da Lei 13.976/2002) e pela inconstitucionalidade do projeto, tendo em vista tratar-se de competência do Poder Executivo o estabelecimento do valor das taxas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros.

Destarte, devemos colacionar com a análise dos artigos 129 e 53 da nossa Carta Magna Estadual:

Art. 129 - Compete ao Estado instituir:

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

Diante da situação ora gizada, podemos de antemão fazer a ressalva de que a competência para a instituição de taxas é do Estado. Assim sendo, é mister retratar que a alçada para dispor sobre a matéria "taxas", é da Assembléia Legislativa, como podemos evidenciar com a análise do artigo 53 da Constituição Estadual, abaixo transcrito:

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado (...) dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Neste contexto, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 384/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 384/2003 de iniciativa do Exmo. Sr. deputado Nereu Moura, tem por objetivo alterar o anexo único da Lei nº 13.976 de 26 de dezembro de 2002 (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui-se que o presente projeto de lei garantirá à sociedade paranaense a cobrança de valores adequados de taxas de análise de projetos e de perícias de

incêndio, sem ferir os princípios tributários vigente e sem comprometer as condições de atendimento no que tange à prevenção, ao combate à incêndio, ao salvamento, ao socorro público e às ações de defesa civil.

Faz-se necessário ainda mencionar que o referido projeto de lei recebeu parecer favorável junto à Comissão de Constituição e Justiça no que tange à constitucionalidade da matéria, e quanto ao mérito resta-nos salientar da importância e relevância do assunto, parabenizando a iniciativa.

Conclusão

Diante do exposto, não havendo óbice constitucional em prosseguir, bem como diante da relevância da matéria, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 384/2003, devendo prosseguir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 390/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 390/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Rio Pratinha, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Jetro de Evangelismo e Missões, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 611/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Jetro de Evangelismo e Missões, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2003, de 28.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 652/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação de Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia da paróquia Sant'Ana, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Rural (CFR) de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 089/2003, de 29.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 654/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública a Casa Família Rural (CFR) de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 10.346, de 06 de julho de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 089/2003, de 29.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 659/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Geraldo Cartário, altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 10.346, de 06 de julho de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade, e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2750, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2751 e 2752, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2754, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2755 a 2757, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2758 e 2759, de autoria do deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2761, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimentos nºs 2763 a 2765, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2766 e 2767, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2768, 2774 e 2775, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2769 e 2770, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2776, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra o senhor deputado Neivo Beraldin.
(Abre mão!)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2003.

2ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei nº 124, 225, 364, 384, 390, 483, 611, 652, 654 e 659/2003.

1ªDISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 656, 658, 661, 663 e 668/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de CPI:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
BANESTADO
ATA DA 42ª REUNIÃO**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Ademir Bier, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Francisco Bühner, Waldir Leite, Fernando Ribas Carli e Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente iniciou os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida, foi ouvido o depoimento do ex-secretário da Fazenda, o senhor Giovani Gionédís. As respostas do depoente às indagações dos senhores deputados-membros da Comissão constam das notas taquigráficas, que passam a integrar esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
BANESTADO
ATA DA 43ª REUNIÃO E ENCERRAMENTO**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Ademir Bier, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente iniciou os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida, o deputado Neivo Beraldin passou a palavra ao relator da Comissão, o deputado Delegado Bradock, que agradeceu aos senhores deputados-membros e a equipe técnica que deu sustentação aos trabalhos da Comissão. Solicitou ao Dr. Marcelo Couto de Cristo que fizesse um resumo do relatório final. Em seguida o senhor presidente deputado Neivo Beraldin submeteu à discussão e votação o relatório final dos trabalhos desta Comissão. Em votação. APROVADO. Votos contrários dos senhores deputados: Ailton Araújo e Doutor Luciano.

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente, deputado Neivo Beraldin, agradeceu a colaboração dos senhores deputados-membros, bem como a todos os integrantes do corpo técnico e funcionários que colaboraram e declarou encerrados os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Atas de Comissões:

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às 14h00, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühner, Elza Correia, Elton Carlos Welter, e o presidente da Comissão, deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, 12ª reunião ordinária. Na sequência o senhor deputado Francisco Bühner, pede dispensa; todos aprovam. Então, o senhor presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 01) Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator: deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Relator: deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Indicação nº 119/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator: deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Relatora: deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Relator: deputado Francisco Bühner. O deputado Elton Carlos Welter pede vistas; 06) Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relatora: deputada Elza Correia, expõe seu parecer, e todos opinam que seja realizada diligência ao órgão competente, para embasar seu parecer convenientemente; 07) Indicação nº 116/2003, que embora inclusa na pauta, seu relator, deputado Elton Carlos Welter pede que seja inclusa na próxima reunião. Nada havendo mais nada a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será

assinada pelo presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermas Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Vanderlei Iensen, Pedro Ivo Ilkiv, Jocelito Canto, Durval Amaral, Doutor Luciano, Antonio Anibelli e Delegado Bradock. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Doutor Luciano. APROVADA. Retificando a Ata da 27ª Reunião Ordinária do dia 21.10.2003, o item nº 52 refere-se ao Projeto de Lei nº 534/2003. Passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e André Vargas. Os deputados Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer e Chico Noroeste solicitam vistas - Concedida pelo presidente; 02) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 134/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 576/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 588/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 592/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 616/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 634/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO;

13) Projeto de Lei nº 20/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Os deputados Marcos Isfer e Tadeu Veneri solicitam VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 14) Projeto de Lei nº 24/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. O deputado Tadeu Veneri solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 15) Projeto de Lei nº 81/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 98/2003, de autoria do deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari à Emenda de Plenário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 538/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 640/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 664/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 685/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 23) Proposição-Veto nº 44/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 24) Proposição-Veto nº 45/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 25) Proposição-Veto nº 46/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 26) Proposição-Veto nº 48/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 27) Proposição-Veto nº 49/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 28) Indicação Legislativa nº 120/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Indicação Legislativa nº 121/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 124/2003, de autoria do

deputado Luiz Nishimori e Projeto de Lei nº 432/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 225/2003, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 364/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 387/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 390/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 611/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 652/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 654/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 656/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 657/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 658/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 659/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 661/2003, de autoria do deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 663/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio

Genari - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 668/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 670/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 590/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. O deputado Durval Amaral, relator, REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria da Saúde. - DEFERIDO pelo presidente; 47) Projeto de Lei nº 59/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 193/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 231/2003, de autoria dos deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste. O deputado Vanderlei Iensen SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 50) Projeto de Lei nº 235/2003, de autoria do deputado Duílio Genari. O deputado Antonio Anibelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 51) Projeto de Lei nº 662/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. O deputado Durval Amaral SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 52) Projeto de Lei nº 643/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 53) Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária